



Universidade do Minho

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Pedro Pereira Constantino Romano

**Fundamentos do jornalismo: uma proposta
de objectividade**

Tese de mestrado
Ciências da Comunicação – Informação e Jornalismo

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Manuel Pinto

Outubro de 2009

Resumo

A objectividade é, desde há muito tempo, um conceito central do jornalismo. Apesar disto, muitos académicos têm recentemente defendido que já não é possível defender a ideia de que o jornalismo pode ser visto como um espelho que apenas reflecte a realidade. Os jornalistas, dizem estes críticos, têm de fazer escolhas nas quais revelam claramente a sua própria subjectividade: estes têm de seleccionar os factos que vão difundir e ainda a forma como os vão difundir. Assim, o jornalismo deveria olhar para novos critérios que possam agir como guias: “jogo limpo” e “honestidade” são apenas dois exemplos. Este estudo dá resposta a este tipo de objecções e tenta mostrar como a objectividade pode ainda ser vista como uma importante meta a atingir na tentativa de descrever a realidade. Para isto, analisa as escolhas com que os jornalistas se debatem diariamente e procura um fundamento objectivo para cada uma delas. Seguidamente, explora as consequências e implicações desta nova perspectiva de objectividade.

Abstract

Objectivity has been for a long time a central concept of journalism. Despite this, many scholars have recently argued that one can no longer stand for the idea that journalism can be seen as a mirror that merely reflects reality. Journalists, these critics say, have to make choices that clearly reveal their own subjectivity: they have to select which facts shall be broadcasted and they have to decide how shall they be broadcasted. Thus, journalism should look upon new criteria to act as a guide: “fairness” and “honesty” are just two examples. This study addresses this kind of objections and tries to show how objectivity can still be seen as an important goal in the pursuit of describing reality. In order to do so, it analyses the choices journalists have to face in their everyday life and searches for an objective basement for them. It then goes on to explore the consequences and implications of this new perspective of objectivity.

Índice

ÍNDICE	4
INTRODUÇÃO	5
RELATÓRIO DE ESTÁGIO.....	8
DO PRIMEIRO DIA AO ORÇAMENTO DO ESTADO	8
OS LONGOS DIAS DO DIÁRIO ECONÓMICO	10
O RIGOR É UM OBJECTIVO DIFÍCIL DE ALCANÇAR	11
JORNALISMO ECONÓMICO, UM CAMPO FÉRTIL.....	13
DO PRIMEIRO ANO AO ESTÁGIO	15
UMA CURTA HISTÓRIA DA OBJECTIVIDADE	18
DO JORNALISMO PARTIDÁRIO À PENNY PRESS	18
À OBJECTIVIDADE COMO FACTOR DISTINTIVO	21
SÍNTESE CONCLUSIVA	23
O CONCEITO DE OBJECTIVIDADE.....	27
DEFINIÇÕES DE OBJECTIVIDADE.....	27
PROBLEMAS DA OBJECTIVIDADE	29
APELOS DO SENSO COMUM.....	30
AS QUESTÕES DA OBJECTIVIDADE	31
CRÍTICAS À NOÇÃO DE VERDADE.....	33
À EXPANSÃO DO RELATIVISMO	34
CONSEQUÊNCIAS PARA O JORNALISMO.....	36
DEBILIDADES DO PÓS-MODERNISMO E O REGRESSO DA OBJECTIVIDADE	38
ERROS CIENTÍFICOS.....	39
CRÍTICAS À POSSIBILIDADE DE OBJECTIVIDADE	41
SUBJECTIVIDADE COMO SELECÇÃO	41
SUBJECTIVIDADE COMO ENQUADRAMENTO E INTERPRETAÇÃO	47
CONTORNOS DA OBJECTIVIDADE.....	54
À ESSÊNCIA DA OBJECTIVIDADE	54
MÉRITOS.....	55
LIMITAÇÕES.....	56
CONCLUSÕES	58
BIBLIOGRAFIA.....	61

Introdução

Esta tese de mestrado comporta duas partes. A primeira é um relatório do estágio curricular levado a cabo no Diário Económico entre Agosto e Novembro de 2008. A segunda é um pequeno ensaio acerca do conceito de objectividade no jornalismo. As experiências vividas ao longo do estágio inspiraram a escolha da objectividade como tema da reflexão subsequente mas as duas partes são suficientemente autónomas para poderem ser lidas de forma independente.

O relatório de estágio é a componente com menos “tempo de antena”. Ainda assim, passa em revista as principais experiências vividas ao longo deste período e faz uma resumo relativamente abrangente do dia-a-dia do Diário Económico. Pode por isso constituir uma fonte de informação relevante para os alunos mais jovens que estejam à procura de potenciais locais de estágio.

Esta primeira parte tenta também ser mais do que meramente descritiva. A observação *in loco* é importante para perceber o funcionamento concreto de uma redacção; mas por vezes é recomendável dar um passo atrás e obter uma visão mais panorâmica do quadro geral. A este nível, há muito a dizer acerca das especificidades do jornalismo económico e acerca do que essas especificidades significam para os jornalistas que estejam interessados em apostar neste segmento do mercado. O relatório de estágio aqui apresentado tenta fazer este exercício de compreensão, retirando daí algumas implicações importantes.

A segunda parte da tese de mestrado foi inspirada nas experiências vividas ao longo do estágio, apesar daquela se ter tornado progressivamente mais independente destas. A ideia inicial de abordar a objectividade surgiu da constatação de que as circunstâncias específicas em que a actividade jornalística decorre – escassez de tempo e de informação, pressão da concorrência, jogos de interesses, etc. – têm um papel extraordinariamente importante na determinação daquilo que é a produção final. A imagem de segurança e rigor que o jornalismo projecta para fora contrasta de forma clara com os dilemas e problemas vividos diariamente na redacção. A tomada de consciência deste contraste não levou a uma imediata rejeição da objectividade – mas conduziu a um maior cepticismo em relação àquilo que diariamente se lê na comunicação social.

Mais importante, inspirou a ideia de tomar como objecto de estudo as regras concretas que diariamente norteiam a actividade nas redacções, de forma a analisar os maiores objectos à prossecução da objectividade. Esta ideia assumia implicitamente um axioma oculto: que a objectividade é uma possibilidade teórica e que apenas factores sociais – *contingentes* e não *necessários*, portanto – a tornam por vezes um objectivo difícil de atingir. Neste quadro, a investigação tornar-se-ia um estudo acerca das fontes de ruído responsáveis pela criação de mensagens que têm pouco que ver com a realidade que supostamente deveriam representar.

As primeiras leituras mostraram, contudo, que a ideia de que a objectividade é possível não é pacífica. De facto, há um largo conjunto de autores que recusam esta possibilidade. O espectro é vasto: desde aqueles que afirmam que o jornalismo implica necessariamente elementos que não podem ser explicados num quadro de completa objectividade até àqueles que vêem esta noção como uma mera construção histórica e social, sem qualquer validade fora deste contexto específico. Apesar de algumas objecções parecerem manifestamente absurdas, alguns argumentos levantam sérios problemas à ideia de objectividade tal como ela é habitualmente entendida.

O *conceito* de objectividade tornou-se assim o objecto desta tese. Mais uma vez, as leituras feitas ao longo da fase exploratória mostraram que também aqui há ainda um vasto campo por explorar. De facto, e apesar de haver uma quantidade apreciável de estudos acerca da objectividade, este é um conceito que permanece mal e ambigualmente definido. Aparentemente, ainda não se livrou dos grilhões do senso comum. Westerstahl (1983) será porventura um dos poucos autores que conseguiram tornar o conceito razoavelmente operacional, “colando-o” a um conjunto de atributos (nos quais se incluem, por exemplo, verdade, relevância e equilíbrio).

Explorar o conceito de objectividade implicou levantar um novo conjunto de perguntas que enformou este trabalho e lhe deu um fio condutor. As próximas páginas tentam dar resposta às perguntas levantadas ao longo desta primeira etapa. O primeiro passo é definir o conceito de objectividade. Seguidamente, analisam-se as objecções levantadas por vários autores contra a possibilidade de se atingir este ideal – defender-se-á aqui que a maioria das objecções está errada e que as restantes podem ser ultrapassadas. Finalmente, tentará mostrar-se como a objectividade é uma possibilidade real.

Uma parte das respostas dadas ao longo desta tese nasce da exploração de uma analogia entre *jornalismo* e *ciência*. A analogia – bastante mais frutuosa do que poderia parecer à primeira vista – nasce da constatação de que, *na sua génese*, jornalismo e ciência mantêm entre si variadas semelhanças e prosseguem um mesmo fim: retratar tão fielmente quanto possível a realidade. Há diferenças óbvias nos respectivos objectos – muito mais abstractos no segundo caso – mas, *a um nível fundamental*, ambas as actividades são funcionalmente parecidas: apoiam-se na observação para construir enunciados que supostamente espelham o mundo. Aliás, é curioso que a história da emergência da objectividade no jornalismo acompanhe de perto a implementação da ciência a nível social e a sua legitimação junto das massas. A ideia de que os fundamentos da objectividade científica podem ser adaptados de tal forma que sirvam também para fundamentar a objectividade jornalística é uma ideia que impregna todo este trabalho.

Esta tese foi elaborada num contexto pouco propício: as exigências de um trabalho minimamente informado tiveram de ser conciliadas com os rigores de um horário de jornalista. As limitações são por isso óbvias, sobretudo ao nível das referências bibliográficas, que tiveram de ser criteriosamente escolhidas. A solução adoptada – consultar manuais que abarquem uma grande quantidade de informação, fazendo uma síntese representativa do *pool* de ideias deste campo das ciências da comunicação – não foi a melhor mas a possível. A tese de doutoramento de José Rodrigues dos Santos (2005), precisamente acerca da objectividade, foi um bom ponto de partida (apesar das conclusões a que chega serem diametralmente opostas das que são atingidas neste trabalho); o manual de Denis McQuail (2003), um óptimo e extraordinariamente completo guia para ter um bom panorama geral do “estado da arte” no que diz respeito ao debate em torno da objectividade; as obras de Michael Schudson (1978), David Mindich (1998), Jean Noel Jeanneney (2003) e Joaquim Fidalgo (2008) foram ajudas preciosas para conhecer a história da objectividade; a analogia estabelecida entre jornalismo e ciência deve muito às ideias de um dos mais prolíficos autores no campo da filosofia da ciência: Karl Popper.

Apesar de todas as limitações, espera-se, ainda assim, que as conclusões aqui apresentadas sejam suficientemente firmes para ajudar a pavimentar um caminho que, não obstante todo o debate, parece continuar ainda demasiado lamacento.

Relatório de estágio

O estágio é um momento marcante na vida de qualquer estudante. É, na maior parte dos casos, o primeiro contacto com o mercado de trabalho. E marca a transição de uma fase da vida de aquisição de competências para o momento de operacionalização dessas mesmas competências. O relatório aqui apresentado resume a minha experiência de estágio, que começou a 17 de Agosto e terminou três meses depois, no Diário Económico. Passa em revista os momentos mais marcantes, retrata o dia-a-dia vivido na redacção e revela algumas particularidades da experiência num jornal económico. Termina com uma reflexão acerca da entrada no mundo profissional e do contributo que o curso pode ter na formação de um jornalista, na esperança de que possa servir de guia útil a colegas mais novos na altura de escolherem, também eles, o seu local de estágio.

Do primeiro dia ao Orçamento do Estado

Os primeiros dias de qualquer estagiário não são, por norma, pouco entusiasmantes. As conversas com colegas na mesma situação mostram, aliás, que há uma constância impressionante neste tipo de situações: no primeiro dia, o maior desafio é ter acesso a um computador. O trabalho costuma acabar cedo e a tarefa máxima a que se pode almejar é fazer legendas para fotos, transcrever dados para uma folha de Excel ou, nalguns casos de sorte rara, escrever uma ou duas breves nas últimas páginas da publicação. O meu primeiro dia não trouxe, a este respeito, grandes novidades – a não ser a situação insólita de ter chegado sem que ninguém estivesse a contar com um estagiário por aquela altura (esquecimento por parte do responsável que tratou do meu processo, vim a saber pouco depois).

O facto de ter começado o estágio em altura de férias (Agosto), contudo, abriu inúmeras oportunidades e permitiu sempre encontrar alguma página por preencher ou algum assunto por tratar. Dois dias depois de ter chegado, a escassez de pessoal abriu-

me as portas da secção de Economia, com uma peça sobre a economia brasileira. A conjugação de uma secção desfalcada pelas férias com uma crise financeira mundial garantiu-me trabalho diário e dentro de poucos dias já era presença assídua nas páginas da secção, quase sempre com trabalhos relativos à economia internacional.

Durante os primeiros tempos, a maior dificuldade sentida foi a falta de apoio por parte dos superiores da secção. Apesar de o facto se dever provavelmente mais à falta de tempo do que propriamente de simpatia, a situação deixou-me muitas vezes visivelmente desconfortável: não só porque partira para o estágio com a expectativa de aprender com os mais velhos mas também por causa do (compreensível) receio de escrever algum erro flagrante. A solução para contornar o problema foi simples: comparar os textos produzidos com as informações veiculadas pelos sites informativos e evitar ir muito além daquilo que já era transmitido pela fonte original (agências noticiosas internacionais, na maior parte das vezes). O que se perdeu em valor acrescentado e criatividade ganhou-se em segurança – o que, dadas as circunstâncias, era o mais importante.

Os trabalhos tornaram-se progressivamente mais complexos. Da economia internacional passei para a macroeconomia nacional e comecei a ser presença assídua na secção de Finanças. O Orçamento do Estado (apresentado em Outubro) marcou também a estreia no ramo das contas públicas. A transição foi feita de forma suave e quase sempre auto-didacta. Aliás, uma das grandes lições desta experiência é que conhecimentos (ainda que básicos) de áreas técnicas como a economia podem ser importantíssimos para alavancar um estágio. Para uma secção sobrecarregada, um estagiário que precisa de ser formado de raiz pode ser um custo demasiado elevado.

A passagem por estas três secções teve um problema em comum: o acesso aos dados. Os números necessários para contextualização de peças estão muitas vezes dispersos por várias instituições e raramente estão organizados, o que fez com que a obtenção de dados fosse, muitas vezes, um verdadeiro martírio. Demorou bastante até que conseguisse listar convenientemente todas as fontes de informação capazes de fornecer os dados mais vezes procurados. O facto de o jornalista que fazia as minhas áreas ter entretanto abandonado o jornal dificultou ainda mais a tarefa.

Os longos dias do Diário Económico

O dia comum no Diário Económico começa às 11h30. É mais difícil dizer quando acaba. A experiência mostra que a data de saída depende mais da organização interna da secção e da disciplina do editor do que propriamente da quantidade de trabalho. Nos primeiros quatro meses (já a trabalhar sob contrato), por exemplo, era difícil sair antes das 21h30 e não eram raras as vezes em que o horário de trabalho se prolongava para lá das 22h00. Apesar de os textos ficarem muitas vezes prontos antes das 20h00, o facto de os jornalistas apenas estarem oficialmente dispensados depois de o editor ler a peça fazia com que, na prática, toda a secção ficasse dependente do quão expedito e organizado fosse este último. Desde a entrada do novo editor, a hora de saída média tornou-se bastante mais agradável e, actualmente, é raro o dia em que alguém sai depois das 20h45.

Mas, apesar da hora de entrada, as manhãs não costumam ser produtivas. A edição do dia é negociada ao longo de três reuniões da direcção – às 10h00, às 15h00 e às 17h30. A primeira reunião quase nunca deixa alguma coisa definida e, por isso, as manhãs costumam ser dedicadas à leitura de jornais ou ao adiantar de trabalhos em espera. O facto de grande parte dos indicadores económicos publicados por organismos nacionais só ser divulgado às 15h00 também atrasa sempre a hora a que o trabalho efectivamente começa.

Assim, a distribuição de trabalhos é habitualmente feita depois do almoço. É bastante frequente haver jornalistas sem trabalho por essa hora; mas é praticamente certo que a alguma altura do dia serão chamados a ajudar colegas, fazer contactos, compilar dados ou simplesmente trabalhar como ‘tapa buracos’, legendando fotos ou escrevendo breves. Dados publicados à última da hora significam que muitas vezes os jornalistas não terão mais de duas a três horas para escrever páginas inteiras. O Orçamento do Estado eleva essa pressão, ao obrigar os jornalistas a fazerem uma edição inteira com um documento de mais de 400 páginas que só é conhecido ao final da tarde (nesse dia, a edição fecha, por norma, depois da meia-noite).

A estrutura hierárquica do Diário Económico também potencia atrasos. O fluxo informativo passa por cinco filtros até ser definitivamente colocado em página: o editor de secção, o editor executivo, o editor de fecho, os subdirectores e, finalmente, o director e o director-executivo. O facto de a direcção ser bastante interventiva – desde a paginação da edição até ao último ‘acertar de agulhas’ de cada texto – e o problema de haver alguma sobreposição de funções entre o editor e editor executivo fazem com que os planos sejam várias vezes revistos e discutidos ao longo do dia. Falhas de comunicação entre duas destas três linhas podem ditar a completa reestruturação de secções, com textos a evaporarem-se e peças a serem reformuladas de cima a baixo. Por vezes, casos deste género dão azo a verdadeiros ‘conflitos diplomáticos’ dentro do próprio jornal.

A dificuldade de acesso às fontes é outro problema que acaba sempre por atrasar e condicionar a edição do dia. Neste âmbito, o jornal tem a política oficial de colocar sempre alguns comentários de especialistas em questões técnicas, o que obriga os jornalistas a forçar os contactos ao longo do dia. A política é, naturalmente, discutível: muitas vezes, as fontes pura e simplesmente não estão por dentro do assunto, não conhecem os números ou dados em questão e acabam por tecer comentários inevitavelmente banais e, nalguns casos, manifestamente descontextualizados. Contudo, a política, argumentam os seus defensores, chama leitores (os nomes que comentam são quase sempre sonantes) e permite ao jornalista acrescentar mais algum valor ao texto produzido. Os detractores, por sua vez, comentam em surdina que a política apenas faz com que os jornalistas que trabalham a fundo num tema tenham de prostituir a sua inteligência a quem só está interessado em ter palco para fazer jogo político.

O rigor é um objectivo difícil de alcançar

O Diário Económico é o jornal económico de referência. A nível de vendas, por exemplo, está claramente à frente do Jornal de Negócios, o concorrente directo. E a recente fusão da redacção do Diário com o Semanário Económico permitiu ao grupo crescer e ganhar escala para se aventurar em novos projectos (o crescimento do site e o

lançamento de novos produtos, como suplementos de fim-de-semana e o canal de televisão, são disso bons exemplos). O facto de o leitor médio pertencer às classes alta e média-alta também eleva a fasquia, subindo o nível de exigência.

Esta situação pode levar a pensar que o Diário Económico tem mecanismos internos que garantem a minimização dos erros e gralhas, especialmente num assunto tão técnico como a economia. De facto, é verdade que os jornalistas são especialmente cautelosos na abordagem aos dados; e, quando a escrita envolve cálculos, estes são feitos, refeitos e confirmados várias vezes. Contudo, o Diário Económico não tem, para além da dedicação e atenção dos jornalistas, qualquer ‘gatilho de segurança’ que permita detectar erros. Não há bases de dados que se possam consultar para confirmar valores ou algum dicionário de termos económicos que garanta que ninguém ‘põe o pé na poça’ de vez em quando. O método tipicamente português do “desenrascanço” é um recurso diário.

Esta situação tem consequências por vezes caricatas. Por exemplo, uma das directivas do jornal recomenda aos jornalistas que tornem as peças ‘próximas’ do leitor comum e do pequeno empresário. Quando se fala da descida da taxa de juros directora por parte do Banco Central Europeu, deve referir-se sempre em que o montante mensal no qual essa descida se pode traduzir; quando se fala de economias próximas, deve dizer-se qual a quota que esse mercado tem no bolo total das exportações portuguesas. A certa altura do estágio, enquanto fazia uma peça acerca da economia italiana, pedi a colegas que me indicassem qual era o peso deste mercado nas exportações portuguesas. Alguns, de cabeça, referiram-me um número mas pediram-me que confirmasse através do Instituto Nacional de Estatística. Foi o que fiz – e, ao fazê-lo, descobri que, apesar de o valor avançado ser efectivamente correcto, os valores para os outros três países, usados quase diariamente, estavam completamente errados. Descobri mais tarde que esses valores tinham sido usados desde há muito tempo, provavelmente devido a um erro inicial que depois foi sendo reproduzido e repetido. O Diário Económico, jornal de referência na área da economia, reproduzia, desde há vários meses, números completamente errados acerca das exportações portuguesas.

Não foi caso único. Ao longo do tempo detectei mais alguns erros que, por serem transmitidos de boca em boca, acabaram por nunca ser rectificadas através dos organismos de dados oficiais. Neste aspecto, o facto de ser estagiário – e tender, por

falta de segurança, a confirmar várias vezes os mesmos dados, se possível com recurso a mais do que uma fonte – acabou por ser benéfico.

As falhas técnicas também são variadas. Ainda recentemente, a abertura da secção de ‘Destaque’ foi escrita sobre um pressuposto errado relativamente a questões técnicas de um indicador específico. O facto de o editor da secção não estar por dentro do assunto, conjugado com a ausência do editor de Economia, levou a que a peça final nascesse com esse pecado original – que, no dia seguinte, não escapou aos olhos de quem tinha formação em economia.

Erros deste género repetem-se várias vezes, embora a gravidade dos mesmos varie bastante. Muitas vezes, um erro técnico crasso só é detectado já bastante depois de o texto ter sido iniciado, e frequentemente por parte de quem não tem responsabilidades na verificação dos artigos. Noutras circunstâncias, o facto de não haver um arquivo de procura fácil obriga os jornalistas a fazerem uma pesquisa ‘artigo a artigo’ quando querem fazer uma compilação de material já publicado. O resultado final fica, por isso, muito a desejar – e, nalguns casos, torna-se óbvio que muito ficou por dizer. O recurso ao Google acaba por ser uma forma de contornar o problema, o que não deixa de ser revelador da falta de um arquivo mais sólido.

O mais curioso em todas estas experiências é constatar o quão profundamente dependente está a correcção dos artigos finais do grau de atenção dos jornalistas. O Diário Económico não tem um bom sistema de arquivo de artigos, de consulta de dados ou qualquer outro mecanismo que permita automatizar o processo de acesso a números frequentemente utilizados. Dado só ter experiência de estágio no Diário Económico torna-se difícil dizer se este é, ou não, um problema transversal à maioria dos jornais nacionais.

Jornalismo económico, um campo fértil

Escolher um jornal focado na economia como local de estágio foi uma aposta arriscada e, tanto quanto sei, inédita entre os antigos alunos do curso de Comunicação

Social (agora de Ciências da Comunicação) da Universidade do Minho. O balanço, contudo, só pode ser positivo. A experiência de três meses ajudou, aliás, a consolidar a ideia de que os jornais económicos são um campo com um potencial enorme, sobretudo para jovens estagiários. Há duas razões para isto.

A primeira é óbvia e diz respeito à saturação da maioria do mercado. O Jornal de Notícias, um dos jornais de maior tiragem, foi recentemente varrido por uma onda de despedimentos. O Público está em fase nitidamente descendente e já põe também em cima da mesa uma reestruturação ao nível dos recursos humanos. No jornalismo desportivo, o cenário é ainda mais negro – e as experiências de estágio de colegas de curso confirmam a ideia de que a margem de manobra neste sector é extraordinariamente escassa. Para um jovem que quer mostrar valor e precisa de oportunidades, passar três meses a escrever breves é, para além de uma grande frustração, um completo desperdício de tempo.

Nos jornais económicos, por outro lado, não há saturação. Sendo uma área particularmente recente, há poucos jornalistas já fixados nas redacções, o que abre espaço à utilização de estagiários. O facto de haver poucos estagiários à procura de jornais deste género também ajuda a aumentar a probabilidade de encontrar um lugar ao sol: é a lei básica da oferta e da procura. Como se não bastasse, os jornais económicos têm a estranha mas proveitosa particularidade de renderem mais em tempos de crise.

A segunda razão é mais subtil. O jornalismo faz-se de notícias. E há uma grande pressão para que os jornalistas consigam ter notícias antes da concorrência. Isto faz com que o valor de mercado de um jornalista seja sobretudo fixado através da sua capacidade de obter notícias em primeira mão, o que significa uma coisa: ter melhores fontes que a concorrência. Uma escrita limpa e escorreita é valorizada, tal como a clareza de ideias; mas a verdade é que um jornal valoriza muito mais um jornalista que consegue obter um Orçamento do Estado antes da sua apresentação no Parlamento do que aquele que faz da riqueza de vocabulário a sua arma principal.

Isto coloca um problema grave aos jovens estagiários. É que as fontes e conhecimentos vêm com o tempo e apenas depois de longos anos a circular no meio. Para quem começa a carreira, o corolário desta situação é óbvio: baixos salários e vínculos precários. E, infelizmente, esta é uma situação que não poderá ser ultrapassada

com mais formação académica ou mais estudo aturado: contactos e fontes são coisas que não se ganham na Universidade.

Ora, a economia é um sector bastante técnico que poucos jornalistas dominam. Nalguns casos, o conhecimento profundo de certos temas está reservado a um punhado de jornalistas a nível nacional. Isto permite a quem apenas agora ingressa na profissão ‘queimar etapas’ na subida da escala de valor, fazendo-o através do estudo e do domínio de termos técnicos – ao invés do contacto com fontes, que só poderá vir com o tempo. Compreender correctamente um boletim estatístico é tão importante para obter notícias em primeira mão como ter conhecimentos no Banco de Portugal. Mas, enquanto o conhecimento técnico pode vir com o estudo, o conhecimento de fontes não. Assim, o jornalismo económico permite aos jovens compensarem a inexperiência com estudo e trabalho. Este é um campo que pode (e devia) ser mais bem explorado pelas Universidades, que tentam agora munir os seus alunos de cada vez mais instrumentos para enfrentarem um mundo profissional em mudança.

Do primeiro ano ao estágio

A experiência de estágio serviu para confirmar uma ideia que germinou durante o quarto ano do curso: a importância dos projectos extra-curriculares na formação dos estudantes. O curso tem uma componente fortemente teórica que é, em grande medida, pouco valorizada nas redacções. O facto de o contacto com a componente mais prática do ofício só ser feito no terceiro ano da licenciatura, pelo menos na anterior versão pré-Bolonha, cavava um abismo ainda maior entre aquilo que era a preparação académica e o exercício real da profissão no mercado de trabalho.

Neste contexto, a participação em projectos extra-curriculares é um elemento de suma importância para fazer a ponte entre a densidade teórica do curso e a entrada no mercado de trabalho. Trabalhar num jornal, mesmo que universitário, ajuda a ter noções do que é a parte concreta do jornalismo: desde a pressão da hora de fecho até ao contacto com as fontes.

No caso concreto da comunicação social, há ainda a vantagem de ser particularmente fácil ter experiências extra-curriculares bastante semelhantes às experiências laborais ‘a sério’. Não é fácil simular em ambiente académico as condições de trabalho de um engenheiro de materiais ou de um físico teórico. Mas há uma constância surpreendente entre as rotinas vividas num jornal universitário e as rotinas vividas num jornal integrado no mercado informativo. É óbvio que os tempos e os ritmos são diferentes, mas o essencial está lá.

O facto de ter tido uma experiência extra-curricular particularmente positiva, no jornal universitário ComUM, ao longo da qual passei pelos mais variados postos, ajuda a colocar as coisas em perspectiva. E, de facto, as particularidades do Diário Económico são notavelmente parecidas com as que se viviam no ComUM, ainda que naturalmente numa escala maior. As semelhanças são quase totais: constantes reformulações dos planos por causa de publicidade, fricções devido ao espaço disponível, a relação forte entre jornalistas e editores – mas tensa entre Direcção e redacção –, os comentários em surdina em relação ao trabalho dos colegas, as diferentes abordagens aos mesmos temas, os conflitos levantados por editores com diferentes visões, etc. Mais do que um campo de experiência, uma boa experiência extra-curricular pode servir como uma verdadeira antevisão daquilo que é a vida profissional de um jornalista.

A experiência de estágio mostrou ainda que o jornalismo tem muitas áreas nas quais uma formação académica sólida pode ser muito importante. Apesar da saturação do sector, a academia pode ainda dar um bom contributo ao aluno que entra agora no mercado de trabalho, ajudando-o a explorar segmentos de mercado praticamente virgens.

O mais óbvio é o campo das novas tecnologias. Dominar programas como Photoshop ou Flash não são, provavelmente, as ferramentas mais necessárias a um jornalista. Mas podem ajudar a acrescentar valor a quem entra agora no mercado de trabalho. E constituem sempre uma forma de ‘bifurcar caminhos’: ao alargar as competências, permite ao jovem jornalista explorar várias opções, evitando ficar preso a apenas um ramo do jornalismo. Quanto mais potencialidades diversificadas algum jovem jornalista tiver, mais provável é encontrar algum ‘nicho de mercado’ por explorar.

Este é um campo, aliás, no qual os mais jovens podem ter uma saudável vantagem competitiva face aos mais velhos.

Conhecer a fundo sectores mais técnicos também é uma ajuda preciosa. Economia, Direito e Relações Internacionais são os casos mais óbvios. Saber ler um acórdão, conseguir interpretar números e compreender os enquadramentos institucionais de vários regimes políticos são trunfos preciosos na altura do estagiário se demarcar da concorrência. A componente fortemente teórica do curso está, parece-me, demasiadamente focada num campo bastante restrito das ciências sociais (nas áreas da sociologia e da comunicação). Incurções na área do Direito, Ciência Política, Relações Internacionais, Economia, ainda que a nível introdutório, são caminhos promissores. O facto de grande parte dos alunos ser completamente ignorante na maioria destes temas só torna os conhecimentos nestas áreas ainda mais raros e, por isso mesmo, apreciados pelas entidades empregadoras.

Uma curta história da objectividade

O conceito de “objectividade” é essencial para a compreensão do jornalismo. Mesmo que as *práticas concretas* de muitas redacções revelem, para um cínico, que este é um casamento votado ao fracasso, a investigação histórica comprova facilmente a forma como um e outro se entrecruzaram e interpelaram ao longo dos últimos dois séculos, numa relação que oscilou entre a intimidade assumida e o cepticismo desconfiado.

Esta ligação, apesar de tensa, foi suficientemente fecunda para que hoje em dia seja difícil dissociar os dois conceitos. A noção de “objectividade” enraizou-se tão profundamente que é difícil imaginar um jornal que, explícita ou implicitamente, não entronize a busca da verdade como um ideal a atingir. E, mesmo que a palavra “objectividade” seja por vezes cuidadosamente evitada nos próprios códigos deontológicos (Mesquita, 2003), qualquer compromisso com o leitor envolve sempre alguma espécie de sucedâneo capaz de perfazer as mesmas funções: garantir que o material noticioso publicado espelha de alguma forma a realidade e que se alicerça em factos sólidos e não em opiniões interessadas. Palavras como “isenção” ou “jogo limpo” – “fairness” no caso do Washington Post (Mesquita, *ibidem*) – permitem contornar o fardo pesado que representa o emprego do termo “objectividade” mas de forma a deixar claro que o jornalismo não se torna um exercício de especulação descomprometida.

A emergência da “objectividade” foi, contudo, mais lenta e matizada do que a narrativa habitual leva a crer. A “objectividade” nasceu e transfigurou-se por razões muito diferentes ao longo dos anos. As próximas linhas fazem uma curta retrospectiva da evolução histórica do jornalismo e da forma única como cada etapa configurou o espaço para o aparecimento, desenvolvimento e sedimentação da “objectividade”.

Do jornalismo partidário à penny press

É difícil situar com precisão a data que marca o aparecimento do primeiro jornal. Os registos históricos apontam para o século XVII como o período mais provável para o surgimento daquilo que hoje parecem ser os primeiros vestígios embrionários da imprensa actual. Nessa altura, já eram vendidos em Veneza alguns manuscritos com informações úteis para os mercadores da cidade. Fidalgo (2008) aponta para o ano de

1631 como a data que marca o aparecimento do primeiro jornal: o semanário francês *La Gazette*, que promovia a circulação da informação comercial. Aqui, contudo, não há consensos. Jeanneney (2003), por exemplo, faz o “*verdadeiro nascimento da imprensa periódica*” remontar até 1605, com o aparecimento do *Nieuwe Tydinghen*, em Antuérpia. São, de qualquer maneira, pequenos folhetins (entre quatro a seis páginas) que hoje poucos identificariam como jornais.

Ao longo do século seguinte, estes “jornais” vão alargar o seu âmbito e preencher mais nichos de mercado: ganham peso no comentário político, afirmam-se na crítica social e aventuram-se pelo campo da avaliação literária. Jeanneney (ibidem) identifica três áreas-chave que os jornais começam a absorver: “*As informações gerais (...) os fait-divers (...) e a imprensa de opinião (...) Este conjunto estende-se até ao final do século XVIII e mesmo até ao início do século XIX*”.

Esta é uma presença muito (e sobretudo) marcada pela opinião e pelo comentário pessoal. Não se criou ainda uma cultura de isenção e de objectividade que obriga a um distanciamento higiénico e uma linguagem neutra. Neste contexto, os jornais – especialmente os franceses – são sobretudo povoados pela classe mais alta: advogados, escritores, ensaístas. Estudos citados por Delporte (citado em Fidalgo, 2008) mostram mesmo que, entre 1850 e 1860, cerca de 44% dos jornalistas franceses pertencem à aristocracia e alta burguesia. É um tempo em que, como diz Fidalgo (2008), “*há jornais mas ainda não há jornalistas*”.

O ponto de viragem que lança as bases da imprensa actual situa-se algures no século XIX, com a emergência do jornalismo industrializado (Mindich, 1998). A *penny press* americana corporiza o espírito que marca esta época: numa altura em que a maioria dos títulos custa 6 *pence*, surgem nos Estados Unidos várias alternativas que, pouco a pouco, vão ganhando quota de mercado devido a um custo bastante mais baixo (que depois terá de ser compensado com receitas publicitárias). E nos anos 30 começa a emergir a primeira de cinco características que, ainda segundo Mindich (ibidem), abrem caminho para a objectividade tal como entendida hoje em dia: o distanciamento¹. Este distanciamento, que é um traço distintivo entre a *penny press* e a imprensa politizada, é apenas a primeira “mutação” que vai, a prazo, abrir uma novo ramo na

¹ *Detachment* no original

filogenia do jornalismo, preparando terreno para a autonomização daquilo que se virá a tornar a imprensa moderna.

Não é só a abordagem dos temas que muda. Ao mesmo tempo, a própria construção estilística das peças começa lentamente a modificar-se. A estrutura básica da *pirâmide invertida*, hoje regra geral nas redacções, aparece nos Estados Unidos, provavelmente durante a Guerra Civil americana, ganha adeptos ao longo dos anos 70 e 80 do século XIX e acaba por se tornar uma norma ainda antes do início do século XX. No mesmo período de tempo, notam-se outras mudanças lentas mas que parecem revelar a convergência para um modelo único: a primeira pessoa do singular torna-se progressivamente menos frequente, há uma cada vez maior tendência para contrapor as versões das várias partes envolvidas no tema da notícia, as marcas da subjectividade do narrador diluem-se e as citações directas dos protagonistas das peças ganham importância (Mindich, *ibidem*).

Porquê tudo isto no século XIX? A resposta reside, provavelmente, numa mistura de factores sociais com progressos tecnológicos. No primeiro campo encontramos a expansão da educação e literacia, que abriu um vasto mercado para a proliferação de jornais (Schudson, 1978, e Jeanneney, 2003). Mindich (1998) acrescenta a este factor o progressivo avanço da ciência, que levou em muitos casos a um concomitante recuo da religião (um facto particularmente óbvio nos casos do Marxismo e do Darwinismo). A ascensão da ciência pôs em destaque o enorme potencial do processo tripartido de observação, recolha de factos e interpretação. O modelo, argumenta Mindich, serviu de base ao desenvolvimento posterior da imprensa.

Na mesma altura desenvolvia-se também o telégrafo, ao qual está associada a emergência do jornalismo de agência. O desenvolvimento tecnológico permitiu encurtar distâncias, o que teve duas consequências: a velocidade de circulação da informação aumentou de forma drástica e o perímetro de expansão das mensagens cresceu rapidamente. Mas aproveitar esta via de crescimento obrigava a mudanças importantes no mecanismo jornalístico: implicava sair do restrito “nicho ecológico” dos apoiantes do partido X ou da causa Y e tornar o discurso apelativo a mais cabeças. Isto foi conseguido pelo mecanismo mais simples: tornando o discurso mais objectivo e abandonando os traços mais personalizados do registo estilístico da altura. Foi uma questão de reduzir o discurso ao mínimo denominador comum entre todos os ouvintes.

Este era o panorama da imprensa meados do século XIX – ou até um pouco mais cedo, se estivermos a falar dos Estados Unidos. Nas palavras de Tengarrinha (1989),

“prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionais aos editoriais reflectidos. Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se assim a todos, e não a um grupo de leitores ideologicamente afins, necessariamente muito mais restrito (...) Os jornais não ficam reservados à classe relativamente pouco numerosa de eleitores censitários, mas pretendem dirigir-se a todos os que sabem ler, cujo número vai crescendo gradualmente”.

A objectividade como factor distintivo

Factores como o distanciamento, a despartidarização e a despersonalização do texto tiveram, como vimos atrás, um relevo decisivo na autonomização do jornalismo como o conhecemos hoje. Foi um processo de especiação que permitiu ao jornalismo ocupar um lugar na estrutura social que as melhorias da educação e da tecnologia haviam subitamente criado.

A história, contudo, não termina aqui. De facto, o final do século XIX foi marcado por uma nova segmentação do jornalismo. Cinco décadas antes, a fractura emergira entre a *penny press* e a imprensa de opinião; agora, a cisão faz-se entre os próprios herdeiros da *penny press*, que se aglomeram em torno de dois modelos editoriais. Num primeiro grupo encontram-se os jornais que optam por um registo sóbrio, ancorado numa sólida e cerebral escolha de temas. Num segundo grupo aparecem as publicações que falam mais ao coração do que à razão, reunindo a sua base de apoio entre os estratos sociais mais baixos. Ensaía-se aqui a primeira aparição daquilo que, cerca de 100 anos depois, se chamaria de “sensacionalismo”.

Schudson (1978) cunhou dois termos para cada um dos campos: falamos, neste caso, do “jornalismo de histórias” e do “jornalismo de informação”. Se o primeiro era sobretudo representado pelo *New York World*, de Joseph Pulitzer, o segundo tinha como expoente máximo o *New York Times*, particularmente desde a entrada do director Adolph Ochs. A importância desta segmentação é crucial na história do jornalismo, já que abriu uma nova via para a implementação dos jornais numa sociedade cada vez mais massificada. A abertura a temas mais frescos e menos pesados, à qual se somava um tratamento editorial e estilístico mais *soft* e menos exigente, aumentou de tal

forma a aceitação dos jornais que Schudson (ibidem) diz mesmo que “*a inovação mais responsável pelo rápido crescimento da circulação dos jornais foi, numa palavra, o sensacionalismo*”.

As diferenças entre os dois géneros são óbvias. Mas, apesar de o “jornalismo de estórias” estar bastante afastado do jornalismo do New York Times, mantém também uma distância considerável do jornalismo do século anterior. Encontra-se num limbo ainda inexplorado: já transcendeu a imprensa “de opinião” mas ainda não adoptou os procedimentos do “jornalismo de informação” – algo que tem mais que ver com uma opção clara de diferenciação do que propriamente com alguma interrupção do processo de maturação.

Esta ramificação é apenas a primeira no dealbar do século XIX que vem complexificar as classificações num campo que ainda estava então em plena formação. No início do século XX, a turbulência continua, com o aparecimento do cargo de relações públicas, que amplia as ondas de choque que já se faziam sentir há algumas décadas. Os novos intérpretes colocam-se no mesmo patamar que os jornalistas, assumindo-se como meros mediadores da informação entre as fontes primárias e o público geral: são apenas mais um actor desse campo abrangente que é a “comunicação”. Mas, assumindo compromissos com as fontes e não com o público, são naturalmente parte interessada no processo. A situação vai causar ruído entre o público, que tem cada vez mais dificuldade em distinguir a informação rigorosa da propaganda pura; e entre os próprios jornalistas, que se vêem a braços com fontes de informação cada vez mais profissionalizadas. Os novos relações públicas gerem melhor os fluxos informativos e, porque conhecem bem as redacções e práticas da imprensa – muitas vezes por experiência própria –, conseguem facilmente manipular os jornalistas mais ingénuos.

Estes dois acontecimentos minam a relação de confiança entre o jornalismo e a imprensa, que tinha sido uma das conquistas do período áureo da *penny press*. A solução encontrada para este desafio será *afirmar a objectividade* como um *valor fundador* do jornalismo (Mindich, 1998). Ao apresentar *explicitamente* a objectividade como traço definidor, os jornalistas podiam demarcar de forma mais rigorosa o respectivo campo de acção: dentro desta “área de legitimidade” vigorava a ortodoxia da objectividade, que garantia ao leitor a veracidade dos factos; fora dela havia apenas “heréticos” cujo mínimo denominador comum era o *handicap* de não terem um compromisso real com o leitor que justifique qualquer atribuição de credibilidade.

Ao mesmo tempo, a referência explícita à objectividade permitia combater melhor a própria *subjectividade* do jornalista, que por essa altura começava a ser reconhecida (e estudada nas universidades, desde os campos de inspiração marxista e freudiana até à recentemente criada psicologia social). Como diz Fidalgo (2008), “*a objectividade era menos uma filosofia de vida ou de acção ou uma mistificadora “fé absoluta” nos “factos que falam por si”, e mais um quadro de referência, uma atitude de abordagem da realidade, um esforço constante de distanciação (...) tudo no sentido de minorar e balizar as hipotéticas influências da subjectividade do autor (...) Tratava-se também, o que não é desprezível para a o esforço de afirmação do jornalismo enquanto disciplina autónoma e demarcada das actividades de propaganda, de dar resposta a uma postura de absoluto relativismo por alguns defendida, com base na ideia de que seria preferível assumir por completo todas as subjectividades e, assim, toda a opinião e informação seria subjectiva – logo, toda a informação e opinião teria o mesmo valor relativo e o mesmo direito de ser considerada em plano semelhante, fosse ela jornalística ou propagandística, fundamentada ou gratuita, reflectida ou emocional*”.

Este movimento vai prosseguir ao longo dos anos seguintes. Os códigos deontológicos, que surgem no início do século XX e se tornam uma norma a partir do fim da II Guerra Mundial (Fidalgo, 2008), assumem, na maioria das suas formulações, um compromisso com os leitores que implica, de forma directa ou indirecta, o respeito pelos factos, o rigor no tratamento da informação e a recusa da opinião. Estes códigos, que são tradicionalmente vistos como instrumentos de auto-regulação da ética e moral profissional dos jornalistas, permitem demarcar de maneira cada vez mais óbvia – e *publicamente apreciável* – o campo de acção e os procedimentos dos jornalistas credíveis. A objectividade transcende finalmente a mera expressão prática e estilística para se instituir como um *valor*.

Síntese conclusiva

Este capítulo tentou mostrar que a história da objectividade é mais complexa e matizada do que à primeira vista se poderia pensar. Uma coisa é óbvia: apesar de ela parecer, hoje em dia, um traço definidor do jornalismo, a verdade é que esta relação de proximidade não foi de forma alguma um traço evidente ao longo da história. Conforme exposto acima, a objectividade é uma prática que só começa a nortear a escrita

jornalística no século XIX – a partir dos anos 30 nos Estados Unidos e no Reino Unido e umas décadas mais tarde nos restantes países –, como resultado da expansão tecnológica e de mudanças culturais subtis (se a primeira hipótese parece bastante plausível – e na verdade *quase necessária*, uma vez que a imprensa permite economias de escala que rentabilizam de forma fácil a multiplicação dos destinatários da mensagem –, a segunda é reconhecidamente mais especulativa).

A isto poderemos ainda acrescentar outra explicação possível, que reside no simples crescimento económico. Numa economia de subsistência, os rendimentos são sobretudo canalizados para a compra de bens básicos: alimentação, habitação e vestuário. Mas à medida que as necessidades mais primárias vão sendo satisfeitas, as despesas orientam-se para bens mais elaborados e refinados. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento económico, num quadro de relativa estabilidade institucional, torna a informação um *bem de investimento*. Ou seja, a recolha de dados pode ser utilizada como um *input* da produção (basta pensar num vendedor de mercadorias que tem de se informar acerca de decretos reais que tenham impacto na sua actividade). Neste sentido, *faz sentido* que a imprensa se torna progressivamente mais objectiva, dando resposta a uma necessidade do mercado. (Esta hipótese, ainda que não tenha qualquer confirmação empírica, pode inspirar uma interessante investigação no quadro da história económica e/ou da história do jornalismo).

Especulações à parte, a verdade é que, tendo nascido no século XIX, a objectividade *como valor* só se desenvolveu verdadeiramente no início do século XX, como resposta aos novos desafios colocados pelas relações públicas e pelo “jornalismo de estórias” (segundo a terminologia de Schudson). Mais uma vez, esta análise revela quão rica, dúbia e complexa é a história do aparecimento da objectividade. E põe ainda em evidência um facto curioso. A objectividade é tradicionalmente vista como um mecanismo de auto-regulação da ética dos jornalistas (muitas vezes de maneira a refrear os ímpetus selvagens de quem actua num mercado de forte concorrência). Mas a evidência histórica sugere que a objectividade emergiu originalmente por pressão do mercado. Jeanneney (2003) refere mesmo vários casos em que desvios à objectividade tiveram uma punição clara ao nível das vendas. Parece claro que, pelo menos neste ponto, algum romantismo tem toldado as análises dos analistas: a objectividade não foi cunhada como garantia ética; *emergiu* como uma excrescência comercial – primeiro como um mero conjunto de práticas, depois como uma credencial de rigor: um título

capaz de assegurar um nicho de mercado que era cada vez mais posto em causa pela imprensa 'light' e pelas relações públicas.

Não é por isso de estranhar que a objectividade seja um conceito tão complexo de definir. Um parto tão prolongado, pontilhado por tantos avanços e recuos, dificilmente poderia ter trazido à luz um rebento mais bem definido. Mindich (1998) vai mesmo mais longe e afirma que há vários tipos de objectividade. Para este autor, que estudou de forma aprofundada e sistemática o aparecimento da objectividade no panorama americano, a objectividade congrega pelo menos cinco características: o distanciamento, a despartidarização, o equilíbrio, a factualidade e o uso da pirâmide invertida. Mindich defende que cada um destes cinco itens pode ser exercido de formas diferentes – como de facto aconteceu ao longo da história americana – o que daria naturalmente azo a diferentes concepções de objectividade. Por exemplo, há pelo menos três formas de se pensar e exercer a despartidarização: segundo o mítico director do New York Herald James Gordon Bennett, manter a isenção política significa manter uma equidistância a todos os partidos; neste sentido, a despartidarização definia-se de forma quase matemática, através do cálculo de uma média ponderada de todas as posições possíveis. Já William Garrison, do *Liberator's*, olhava para a despartidarização como uma recusa da política. Por isso, o seu jornalismo era marcadamente crítico para com os poderes instituídos: a sua maneira de não ser conotado com ninguém era dizer mal de todos. Finalmente, Frederick Douglass, do *North Star*, lutava activamente contra o *status quo* (a ligação com a sua vida pessoal é óbvia: Douglass era um negro americano do século XIX que nasceu escravo). As várias formas de despartidarização repetem-se, segundo Mindich, nos outros vários campos da objectividade, o que revela bem a forma como a objectividade pode ser olhada de vários ângulos.

Este capítulo traçou uma resenha do aparecimento histórico do jornalismo. Aqui chegados, convém sumariar as principais conclusões. Em primeiro lugar, o aparecimento da objectividade é complexo e feito ao ritmo de saltos e recuos. Em segundo lugar, esta objectividade foi entendida de forma diferente ao longo da história, o que revela bem a complexidade do seu surgimento. Em terceiro lugar, e independentemente de todas as circunstâncias sociais e históricas que presidiram à sua emergência, parece claro que a objectividade nasceu das pressões do mercado e não de uma ética puritana. Estes três factores justificam um quarto: o facto de ela ter aparecido como justificação de uma prática, e não enquanto causa dela, tornou-a sumamente difícil de definir. O conceito de objectividade é dificilmente operacionalizável – o que

poderá, de resto, ser um dos factores que explicam que seja um conceito tão criticado. Não é portanto de estranhar que Schudson (1978) diga que *“sendo certo que a objectividade, pelos anos 30 do século xx, era um bem articulado valor profissional do jornalismo, não é menos certo que ele parecia desintegrar-se no momento em que era formulado.*

O conceito de objectividade

É curioso que, apesar de toda a investigação em torno da objectividade – e apesar de ela ter sido entronizada como um “valor” do jornalismo –, a sua definição permanece um assunto controverso. Mindich (1998) resume o problema: *“Mas o que é a objectividade afinal de contas? Depende da pessoa a quem se faz a pergunta. Para alguns, é um ponto vago pelo qual lutar. Para outros é apenas algo que envolve práticas específicas. E outros preferem defini-la como uma ideia tonta, lembrando os jornalistas que quebram as regras”*.

Definições de objectividade

De facto, há várias definições de objectividade. A jornalista Christiane Amanpour (citada em Mindich, 1998) tem uma definição que parece ser partilhada por muitos colegas. Para ela, a objectividade é *“ouvir de forma justa todos os lados mas não os tratar a todos da mesma forma (...) Portanto, a objectividade anda lado a lado da moralidade”*. Ao nível académico, contudo, tem havido propostas mais elaboradas do que estas. São apresentadas algumas de seguida.

- **Objectividade como ritual** – Uma das definições mais populares de objectividade foi defendida por Gaye Tuchman (1980). Esta investigadora encontrou um grupo de sinais e marcas que os jornalistas usam para adornar as suas peças de forma a darem a entender que os factos falam por si. Aqui contam-se o uso de aspas, o discurso directo, a apresentação do contraditório, separação dos factos da opinião. Daqui Tuchman infere que a objectividade é um mero ritual utilizado pelos jornalistas como mecanismo de defesa contra aqueles que os acusam de parcialidade.
- **Objectividade como interpretação** – Para autores como Umberto Eco e Bechellonni (cit. em Alsina, 2005), a objectividade consiste não num mero relato dos factos mas sim numa interpretação inteligente dos mesmos. “Por interpretação deve entender-se a capacidade de distinguir entre os efeitos relevantes do ponto de vista não da ideologia da notícia mas sim do

desenvolvimento objectivo”, diz Bechelloni. Nesta concepção, o jornalista é visto quase como um “investigador” da realidade.

- **Objectividade multidimensional** – É possível representar a objectividade como um conjunto de atributos. Autores como Westerstahl (1983) defendem que uma notícia objectiva implica a conjugação de dois critérios: factualidade e imparcialidade. Dentro do primeiro critério encontramos três subcritérios – verdade, conteúdo informativo e relevância – e dentro do segundo encontramos dois subcritérios – equilíbrio e neutralidade. A objectividade só é cumprida quando todos os critérios são preenchidos.

Estas propostas são apenas exemplos. Há muitas outras possibilidades a considerar. Há mesmo um razoavelmente elevado número de propostas que olham para a objectividade de forma negativa. A objectividade seria, assim, a ausência de parcialidade, por exemplo.

Neste trabalho será adoptada uma definição *positiva* de objectividade. A objectividade não é vista como um conjunto de práticas, mas sim como uma *propriedade*: a *objectividade* é a característica de um discurso que retrata a realidade. Uma notícia objectiva é, portanto, uma notícia que é um bom reflexo dos acontecimentos que estiveram na sua origem. Ou seja, tem de haver uma *relação estreita* entre aquilo que é referido pelo jornalista e aquilo que ele supostamente está a referir. Isto implica necessariamente um processo tripartido: aceder à realidade, compreendê-la e relatá-la.

Adoptar esta perspectiva tem vantagens óbvias. Em primeiro lugar, ela corresponde à ideia genérica que a maior parte das pessoas – sobretudo jornalistas – tem acerca da objectividade. A definição utilizada apenas torna *explícitas* essas ideias, dando-lhes uma formulação mais rigorosa. Em segundo lugar, esta perspectiva é *parcimoniosa*. Não remete para várias dimensões, como faz Westerstahl: ao invés, *consolida* todos os critérios que ele enuncia num único: a *aderência* daquilo que é dito ou escrito à realidade. Em terceiro lugar, permite enunciar claramente os *requisitos* da objectividade: admite-se a existência de um mundo exterior, admite-se que é possível compreendê-lo e admite-se que é possível dizê-lo. A refutação de qualquer uma destas etapas implica a rejeitar a possibilidade de se atingir a objectividade (pelo menos na formulação aqui adoptada).

Note-se que esta definição não é necessariamente incompatível com as propostas anteriormente apresentadas. Por exemplo, parece óbvio que chegar à verdade exigirá sempre algum grau de interpretação, de acordo com aquilo que é defendido pela segunda proposta. Mantém-se, contudo, que a definição avançada neste trabalho tem um conjunto de vantagens que as outras propostas não apresentam.

Problemas da objectividade

Muitos teóricos argumentam que é impossível ao jornalista fazer uma representação fidedigna da realidade – um cenário que refutaria a objectividade, tal como foi definida nos parágrafos anteriores. Os argumentos são vários mas é possível criar uma taxonomia geral para os enquadrar. A camada mais profunda tenta mostrar como o acesso à realidade é inevitavelmente mediado por factores que não são absolutamente rigorosos – como os sentidos ou mesmo os instrumentos de medição. Nalguns casos, chegam mesmo a ser aduzidos argumentos das ciências exactas – como acontece, por exemplo, com Santos (2005). Acima desta camada encontramos um conjunto de argumentos segundo os quais, apesar de o acesso à realidade ser possível, o processo de construção noticioso implica sempre fazer referência a elementos “não objectivos”. É um ataque à ideia de que os factos falam por si – algo a que Schudson (1978) chama “empirismo ingénuo”.

Apesar da maior e menor razoabilidade de alguns destes argumentos, a verdade é que algumas destas ideias constituem obstáculos de relevo à noção de objectividade. A actividade jornalística obriga, por exemplo, a *seleccionar e hierarquizar informação*. Ora, nenhum destes elementos está presente na realidade – a selecção e hierarquização são acções levadas a cabo pelo jornalista, *impondo-as ao mundo*. De certa forma, parece que a própria actividade jornalística *obriga* o jornalista a tomar opções subjectivas.

Um exemplo pode clarificar melhor esta noção. Suponha-se um evento público (X), como uma sessão parlamentar. Na sessão em causa, o primeiro-ministro anuncia que o Estado está prestes a entrar em falência. Suponha-se ainda que um jornalista, presente na sessão em causa, relatou o evento numa notícia (Y). O propósito de Y é retratar adequadamente X. O jornalista pode criar um Y_1 no qual figure a declaração do primeiro-ministro; mas também pode criar um Y_2 que apenas refira uma conversa paralela entre dois deputados. Qual destes dois Y representa a verdade – ou seja, qual foi

objectivo? À primeira vista, os dois: em termos *puramente factuais*, ambos foram rigorosos. Contudo, parece óbvio que Y₂ está longe de retratar a realidade. Mas só poderemos dizer que ele não retrata a realidade apelando a algo *extra-factual*. É preciso apelar às noções de importância ou de relevância, por exemplo. E isto parece deitar por terra a ideia de objectividade, já que a importância ou relevância fazem-se sempre em ordem a um sujeito em particular. “Frente a estas importantes considerações críticas, a ideia de um jornalismo objectivo no sentido que toma a notícia como sinónimo do real não se sustenta mais” (Melo, 2007). A subjectividade parece, por isso inescapável

Apelos do senso comum

Há algo de perturbador na ideia a florada no ponto anterior. Apesar de os argumentos parecerem seguramente apelativos e logicamente consistentes, eles deitam por terra os alicerces mais básicos do jornalismo. E a ideia de que o jornalismo é *necessariamente* subjectivo não tem implicações apenas para os jornalistas – mas também para todos os que diariamente lêem jornais. São inúmeros leitores que acreditam estar de facto a aceder à realidade e não apenas a um relato parcial e subjectivo, tão válido quanto outro qualquer. Esta crença é tão genuína que uma boa parte dos leitores toma importantes decisões com base na informação disponibilizada pelos *media* – basta pensar nos investimentos em mercados de capitais ou na determinação do sentido de voto em momentos eleitorais.

E, como têm notado vários autores, as críticas à noção de objectividade no jornalismo podem ser transpostas para muitos outros domínios. De facto, a necessidade de seleccionar, enquadrar e interpretar dados está presente nas formas de comunicação mais coloquiais, como uma conversa de circunstância, mas também nas actividades mais refinadas e subtis, como uma comunicação científica de sociobiologia. As consequências são óbvias: se o jornalismo é necessariamente subjectivo, *toda a comunicação* será também subjectiva.

Estes argumentos têm implicações práticas muito sérias. Se o jornalismo e, de forma mais geral, a ciência e a comunicação pessoal são meras “reconstruções da realidade” (Santos, 2005), a acção fica extraordinariamente limitada. Descobre-se repentinamente que toda a informação que está na base de decisões do dia-a-dia – cotações de acções, boletins de meteorologia, horários das farmácias – é puramente

subjectiva. Não é preciso ser teórico da comunicação ou cientista profissional para torcer o nariz a estas ideias e suspeitar de que há algum “truque oculto” numa lógica argumentativa que conduz à ideia de que tudo é subjectivo.

A isto acresce o aparente (e nalguns casos óbvio) anacronismo de quem ataca virulentamente a noção de verdade/objectividade mas continua a agir como se os dois conceitos permanecessem tão sólidos como sempre. O caso de José Rodrigues dos Santos, que considera a objectividade uma questão “meramente ideológica” (2005) enquanto mantém uma posição de relevo num canal de televisão é um caso óbvio mas está longe de ser único. Muitos autores vergastam a ideia de que é impossível aceder à realidade ao mesmo que se indignam com a cobertura jornalística de certos temas (Murcho, 2006). Ao mesmo tempo, apodam a ciência de ideologia travestida mas hesitam em olhar para as prescrições médicas como meras questões de opinião.

É verdade que as contradições dos proponentes de teorias heterodoxas não são, em regra, o melhor critério para avaliar o rigor académico das teses defendidas. Contudo, a contradição é tão óbvia – e as implicações das teorias propostas são tão radicais – que é difícil não encarar tudo isto com uma razoável dose de cepticismo.

As questões da objectividade

Este capítulo põs em contraponto duas ideias fortes. Por um lado, os argumentos convincentes segundo os quais uma parte do jornalismo é intrinsecamente constituída por factores que não são empiricamente avaliáveis – um limbo de escolhas arbitrárias onde alguns dos autores referidos situam a emergência da subjectividade numa actividade que teoricamente seria completamente factual. Por outro, as objecções – também muito fortes e relevantes – do senso comum, depois de exploradas as consequências práticas de alguns ataques à objectividade.

É a este aparente paradoxo que uma *teoria da objectividade* deve dar resposta. Tal teoria deve explicar se de facto é possível ser objectivo – circunstância na qual será necessário dissolver os argumentos fortes contra a objectividade apresentados neste capítulo – ou se a verdade é de facto que é impossível aceder à realidade – e aqui a resposta aos apelos do senso comum teria de ser ainda mais completa e assombrosa, dadas as implicações práticas que a adopção desta postura teria.

Este trabalho é suficientemente humilde para abandonar de imediato a pretensão de criar alguma forma de *teoria geral da objectividade*. Ainda assim, as próximas páginas constituem uma tentativa de responder à pergunta colocada neste capítulo. O primeiro passo será analisar as críticas mais abrangentes à noção de verdade que emergiram a partir da década de 70 – e que têm ajudado a corroer os alicerces da objectividade. Seguidamente, analisar-se-á um conjunto de argumentos mais focados nas questões específicas do jornalismo.

O propósito deste trabalho não é demonstrar que a objectividade é uma prática corrente das redacções mas sim que é um objectivo em princípio passível de ser atingido. Como diz Sousa (2003), “*tal como não se deve confundir o real com o ideal, também não podemos meter aqui, no mesmo saco, a prática jornalística corrente, que é o que é, e a prática jornalística a que podemos aspirar, que não é mas poderia ser, em função das respectivas potencialidades e limites epistemológicos (...) uma das razões porque o debate sobre a categoria da subjectividade jornalística permanece ainda algo obscuro residirá, precisamente, no facto de nem sempre se atender a essa distinção*”.

Críticas à noção de verdade

É difícil entender as críticas à noção de “objectividade” no jornalismo sem antes perceber o ataque mais geral e abrangente à própria ideia de “verdade” no campo científico. Estes ataques ganharam visibilidade nas últimas décadas e já recolhem uma considerável simpatia em vários sectores académicos. Os argumentos que os apoiam são diversos e variam consoante as latitudes mas é possível identificar um núcleo duro de ideias transversais a quase todas as correntes. Podem ser sistematizados da seguinte forma: a) as circunstâncias pessoais de cada pessoa são tão peculiares e inultrapassáveis que o debate racional reflecte mais um jogo de forças do que propriamente a validade dos argumentos utilizados; b) a “verdade” é, por isso, relativa ao quadro ideológico e epistemológico que cada um adopta de forma apriorística; c) a ciência e outras formas de pensamento racional são apenas formas particulares de aceder à realidade que resultam da adopção dos pressupostos racionalistas do século XVI e XVII, fora dos quais não têm qualquer validade; d) neste sentido, ela é tão válida como qualquer mito, religião, debate político ou conversa de circunstância; e) as justificações – políticas, técnicas, epistemológicas – que apelam aos rigores da ciência são apenas uma forma encapotada de manipulação e de exercício da força. Não é por isso de estranhar que os autores que se inserem nestas correntes sejam frequentemente apelidados de “relativistas”.

Esta perspectiva parece encontrar as suas raízes mais remotas nos estudos pioneiros de Thomas Kuhn. Em “A estrutura das revoluções científicas” (Kuhn, 1962), o autor defende que a ciência assenta sempre em paradigmas: um conjunto de “meta-critérios” que permitem avaliar as teorias científicas. Num primeiro período, os paradigmas são normalmente utilizados e as teorias aceites não levantam problemas. Contudo, um choque externo pode conduzir a uma crise de paradigmas, levando àquilo que Kuhn considera ser uma “revolução científica”: o velho paradigma cai e um novo toma o seu lugar. Esta ideia de ruptura na ciência está longe de constituir novidade mas Kuhn adiciona-lhe um tempero exótico, ao considerar que os paradigmas são incomensuráveis – ou seja, não podem ser racionalmente comparados uns com os outros, não havendo um critério externo que permita decidir qual é o mais correcto.

Kuhn não usou as suas conclusões para afirmar que a ciência é apenas uma actividade arbitrária e diletante. Mas defendeu activamente que a ciência não leva *necessariamente* a uma acumulação de saber e que pode, muitas vezes, seguir apenas um

caminho sinuoso que não implica logicamente uma aproximação à verdade. “*Para sermos precisos, podemos ter de desistir da ideia, explícita ou implícita, de que as mudanças de paradigma permitem que os cientistas e os seus discípulos cheguem cada vez mais perto da verdade*” (Kuhn, 1962).

A expansão do relativismo

As ideias de Thomas Kuhn seguiram o seu rumo e influenciaram, directa ou indirectamente, uma geração de autores que fizeram do ataque à ciência, se não a sua principal área de acção, pelo menos um importante elemento do respectivo pensamento. Estas ideias não criaram uma verdadeira *escola de filosofia*; mas desde os anos 90 que parecem ter cristalizado em torno de um ramo que podemos chamar do *pós-modernismo*. A autora feminista Linda Nicholson (citada em Bogosshian, 1996) define o movimento da seguinte forma:

“A manobra mais radical da viragem pós-moderna consistiu em afirmar que os próprios critérios que demarcam o verdadeiro do falso, assim como as distinções associadas entre ciência e mito ou facto e superstição, são internas às tradições de modernidade, não podendo ser legitimadas fora dessas tradições. Além disso, argumentou-se que o próprio uso de tais critérios, assim como a sua aplicação a domínios mais vastos, tinha de ser descrito como algo que representa o crescimento e desenvolvimento de ‘regimes específicos de poder’.”

O pós-modernismo retoma a crítica de Thomas Kuhn mas leva-a bastante mais longe do que o autor alemão alguma vez pretendeu. Nas versões mais radicais, a ciência não se distingue de histórias de embalar e mesmo as mais refinadas teorias da física ou da química não devem ter qualquer pretensão de retratar ou representar a realidade. Os autores pós-modernos propõem ainda que a avaliação das teorias científicas não se faça através do crivo das evidências apresentadas em sua defesa mas sim pelo grau de conformidade com um determinado conjunto de ideias políticas. O rigor epistémico, neste contexto, é visto como apenas mais uma forma de opressão. De facto, é difícil exagerar o grau de radicalismo de alguns destes pensadores. E é igualmente difícil retratar correctamente as ideias que estes defendem sem as citar quase completamente.

As linhas seguintes mostram algumas destas citações (cit. em Boudon, 2005, Sokal, 1999, Weinberg, 1996):

“A fórmula de Einstein [$E=mc^2$] é sexista, porque privilegia a velocidade da luz relativamente a outras velocidades femininas que são igualmente vitais para nós” (Luce Irigaray)

“As negociações [entre cientistas] em relação ao que deve ser considerado uma prova ou em relação ao que deve constituir uma demonstração não são nem mais nem menos desordenadas do que qualquer discussão entre políticos ou advogados” (Bruno Latour e Steve Woolgar)

“E, dado o seu extenso treino em técnicas matemáticas sofisticadas, a preponderância da matemática nas descrições que os físicos de partículas fazem da realidade não é mais difícil de explicar do que a preferência dos grupos étnicos pela sua linguagem nativa” (Andrew Pickering)

“A ciência moderna, especialmente a física, é não só sexista, mas também racista, classista e culturalmente coerciva (...) a física e a química, a matemática e a lógica, revelam a marca dos seus distintos criadores culturais, não menos do que a antropologia e a história” (Sandra Harding)

Os autores citados estão longe de constituir casos isolados. De facto, a edição de 22 de Outubro de 1996 do New York Times revelava, num artigo com honras de primeira capa, que havia uma disputa acesa entre arqueólogos e antropólogos em relação à forma como o ser humano chegou às Américas: de um lado estava a perspectiva científica tradicional, que sustenta que os primeiros seres humanos entraram nas Américas vindos da Ásia, através do Estreito de Bering, por volta de 10.000 anos a.C.; do outro, a mitologia dos Zuni (um povo nativo americano), segundo a qual o ser humano foi colocado nas Américas através pelos seus antepassados, que emergiram de uma terra subterrânea onde viviam como espíritos. Nessa altura, o NYT dizia que *“muitos arqueólogos têm sido praticamente conduzidos a um relativismo pós-moderno, no qual a ciência é*

apenas mais um sistema de crenças entre outros”. Na mesma edição, o arqueólogo Roger Ayon esforçava-se por dar razão ao NYT, dizendo que *“a ciência é apenas uma de muitas maneiras de conhecer o mundo (...) A visão do mundo dos Zunis é tão válida como o ponto de vista arqueológico sobre a realidade da pré-história”*.

Apesar de parecer paradoxal, o pós-modernismo tem também frequentemente buscado inspiração na própria ciência. A este respeito, a física e a matemática de inícios do século XX têm constituído uma fonte de munções quase inesgotável, ao fornecerem um reservatório de teorias complexas, exóticas e praticamente desconhecidas da maior parte do público. Em Portugal, Boaventura Sousa Santos justifica o “rombo no paradigma da ciência”, que é também “uma crise epistemológica no paradigma dominante” (Sousa Santos, 2000) com a Teoria da Relatividade Geral, de Einstein, o Teorema de Godel, da autoria do matemático austríaco com o mesmo nome, e a Mecânica Quântica, esta última com mais do que um progenitor.

Consequências para o jornalismo

O pós-modernismo foi bem acolhido em inúmeros departamentos de ciências humanas, não só na Europa mas também nos Estados Unidos (Sokal, 1999). A adopção das ideias pós-modernas levou a uma atitude progressivamente mais céptica em relação à possibilidade de se conhecer a realidade de forma objectiva – e uma boa parte deste cepticismo transbordou para fora da academia, invadindo os domínios mais restritos do jornalismo. Nos Estados Unidos, esta intromissão tem sido feita através de membranas cada vez mais porosas (Lane, 2001).

Em Portugal, a objectividade mantém-se um objecto de investigação relativamente marginal. Ainda assim, um dos estudos mais abrangentes (Santos, 2005) feitos neste âmbito adopta uma linha de argumentação em tudo semelhante às apresentadas ao longo deste capítulo, recusando a possibilidade de algum jornalista ser objectivo (prescindindo, contudo, da linguagem impenetrável que caracteriza a maioria dos autores pós-modernos e mantendo uma prudente distância de algumas das conclusões mais radicais por estes defendidas). Da bibliografia mais relevante consta o já citado Thomas Kuhn, físicos e matemáticos como Heisenberg, Schrodinger, Einstein, Godel e Russel, bem como um conjunto de autores que pertencem ou pertenceram ao pós-modernismo: Derrida, Althusser, Baudrillard, Deleuze, Lyotard e Virilio.

A componente “científica” ganha, com Rodrigues dos Santos, uma importância especial. Entre as três teorias exóticas já referidas, o autor destaca três aspectos que, na linha de Boaventura Sousa Santos, parecem constituir uma barreira intransponível à possibilidade de ascender a um conhecimento objectivo – primeiro na ciência e, conseqüentemente, no jornalismo. São os seguintes:

- A **Teoria da Relatividade Geral** torna o próprio tempo relativo. Com Einstein, a passagem do tempo deixa de ser um *dado objectivo* para passar a depender do referencial em que é medido – uma descoberta que é muitas vezes (erroneamente) explicada com a afirmação popular de que “tudo é relativo”. Duas pessoas colocadas em pontos diferentes podem medir tempos diferentes, por exemplo. Para Rodrigues dos Santos, “*o conceito de que tudo no universo é relativo veio dar credibilidade ao relativismo, que defende que a verdade varia consoante o seu enunciador*”.
- A **Mecânica Quântica** propõe expressar relações de forma probabilística. Enquanto as equações de Newton ou Einstein são determinísticas – ou seja, permitem prever exacta e completamente a evolução de um sistema (desde que os parâmetros iniciais estejam correctamente especificados), a Mecânica Quântica afirma que há uma incerteza fundamental na Natureza e que, ao nível microscópico, é impossível fazer previsões absolutamente certas. Nalguns casos, o máximo que se poderá dizer é que, dado X, há uma certa probabilidade de Y acontecer. Segundo Rodrigues dos Santos, “*o princípio de incerteza reforçou o subjectivismo, que preconiza o primado do sujeito na concepção do objecto*”.
- O **Teorema da Incompletude de Godel**, que mostra como qualquer sistema formal (como a matemática, por exemplo) contém em si proposições indecidíveis – ou seja, enunciados que não é possível demonstrar serem verdadeiros ou falsos. No limite, isto implica que há certas afirmações cujo valor lógico (verdadeiras/falsas) não poderá nunca ser determinado. “Godel”, sustenta Rodrigues dos Santos, “*deitou por terra o sonho de mostrar que a matemática é a linguagem do universo e objectiva por natureza*”.

Debilidades do pós-modernismo e o regresso da objectividade

As posições pós-modernas em relação à ciência no geral e à objectividade em particular são, contudo, menos sólidas do que parecem à primeira vista e têm inspirado um conjunto de críticas demolidoras, com alguns casos a porem inclusivamente a nu a própria falta de rigor intelectual no interior deste campo (Sokal, 1999).

Comece-se pelo mais simples: a posição de partida de que tudo é relativo não resiste a um exame minucioso. Se tudo é relativo, então a própria asserção de que tudo é relativo será, ela própria, relativa. Ou seja, haverá necessariamente algumas situações em que nem tudo será relativo – o que, finalmente, conduz a um paradoxo lógico. A ideia de que tudo é relativo é claramente analisada por Desidério Murcho no seguinte parágrafo: “*Como é evidente, se for tudo muito subjectivo, a afirmação de que tudo é muito subjectivo é talvez também muito subjectiva, e se for muito subjectiva, pode perfeitamente ser falsa para muitas pessoas; e quem aceita que é verdadeira não pode dizer que essas pessoas não têm razão. A afirmação é, pois, claramente auto-refutante*” (Murcho, 2006). A afirmação de que tudo é relativo leva, pois, a incongruências óbvias.

Uma versão mais “fraca” (no sentido de permitir o mesmo efeito sem incorrer de forma tão explícita numa contradição) do argumento pós-moderno sustenta que, apesar de nem tudo ser relativo e de a realidade *objectiva* ter de facto uma existência concreta, a subjectividade no *acesso* a esta realidade é tão amplamente reconhecida – como confirmam a psicologia social, a neurologia, etc. – que qualquer pretensão de se obter alguma intersubjectividade é meramente ilusória. A contradição desta asserção volta, contudo, a ser óbvia. Se não é possível utilizar a ciência para estabelecer uma verdade em relação à física, à história ou à economia, também não será possível usar a mesma ciência para determinar objectivamente a quantidade de entraves à correcta cognição humana.

Num certo sentido, as críticas *pós-modernas* à ciência são verdadeiras. A maior parte das pessoas concorda que não existem cientistas completamente isentos de preconceitos ou de ideias pré-concebidas. A maior parte das pessoas aceita igualmente que a cognição humana é limitada e que a ciência envolve um longo e penoso processo de interpretação – ao contrário do simplismo positivista que tendia a ver a ciência como uma “máquina de salsichas” que recebe dados em bruto por um lado, aplica alguns passos de lógica e devolve resultados na forma de teorias científicas. Praticamente

ninguém duvida deste tipo de obstáculos. Por isso, neste sentido as objecções dos pós-modernos são verdadeiras. Mas são apenas *trivialmente verdadeiras*. A asserção banal de que os factores subjectivos entram na equação da produção científica não nos deve fazer esquecer que estes factores podem ser mais ou menos anulados e que há ciência mais ou menos rigorosa. Na verdade, há todo um *continuum* entre a ciência propagandística e ideológica e o rigoroso formalismo da matemática abstracta. Os pós-modernos transformam o que devia ser uma exortação ao rigor num complacente baixar de braços.

As questões profundas levantadas pelo *pós-modernismo* revelam-se assim uma mera amálgama de objecções pouco trabalhadas, que muitas vezes são apenas logicamente inconsistentes. Apesar de aparentemente complexas e penetrantes, elas apenas apresentam sob novas roupagens vários problemas conhecidos desde há muito tempo e que a comunidade científica leva activamente em conta no processo social de produção científica. O debate livre, a criação de sociedades científicas, a repetição dos resultados experimentais, o sistema de *peer review* são mecanismos criados precisamente para impedir a proliferação de estudos pouco sérios e ideologicamente inquinados. Não há, pois, nada de novo neste campo. As objecções pós-modernas mais profundas são logicamente inconsistentes; as outras são banais e têm inspirado um conjunto de regras institucionais capazes de as minorar.

Erros científicos

As críticas de alguns autores pós-modernos à noção de objectividade parecem, portanto, deslocadas. Mas os argumentos científicos aduzidos em defesa desta perspectiva não parecem merecer uma avaliação mais positiva. Os pontos levantados por José Rodrigues dos Santos são disso um bom exemplo.

A Teoria da Relatividade de Einstein é o primeiro dos obstáculos levantados por este autor contra uma apreensão objectiva da realidade. A ideia de que a Teoria da Relatividade significa que tudo é relativo é, contudo, profundamente errada. De facto, a relatividade do tempo só se conquista *à custa da estacionaridade* da velocidade da luz, que passa a ser a mesma para todos os observadores. Em suma, o tempo torna-se uma variável *apenas para que a luz se possa tornar uma constante*.

Mas, mesmo que não houvesse esta equivalência, é difícil compreender em que é que isso serviria à tese de que a objectividade não existe. Suponha-se que, de facto, é

impossível estabelecer um referencial único para todas as pessoas – em suma, que o tempo corre de forma diferente para cada uma. À primeira vista, não é óbvio qual a influência desse facto exótico para um jornalista que tenta relatar, por exemplo, um jogo de futebol de forma rigorosa. Muito menos para um jornalista que está longe de se deslocar às velocidades relativísticas perto das quais os efeitos enunciados por Einstein se tornam notórios.

No que toca à Mecânica Quântica (MQ) o problema é o mesmo. A descoberta do indeterminismo na física de partículas não parece ter qualquer implicação de relevo para o que se passa no nível macroscópico, como o jornalismo. Exposto desta forma, o problema torna-se tão óbvio que nem sequer é fácil extrair desta possibilidade teórica qualquer consequência que colocasse um problema prático a um jornalista. É uma explicação demasiado rebuscada. O misticismo levantado pela MQ torna-se ainda mais etéreo quando se nota que o indeterminismo – a impossibilidade de fazer previsões certas acerca de um sistema – é, clara e distintamente, algo muito diferente do subjectivismo. O facto de a previsão ser impossível não significa que a descrição o seja (significa apenas que da descrição não será possível deduzir em termos exactos as consequências).

O recurso ao Teorema de Godel também não é mais feliz. O problema parece ser insistentemente o mesmo: é impossível retirar do teorema qualquer consequência prática que ponha em causa o trabalho do jornalista. O Teorema põe limites àquilo que se pode descobrir em matemática mas não tem qualquer veleidade de estabelecer os limites discursivos do jornalismo. O físico Paul Dirac disse um dia, acerca de uma tese, que esta “nem sequer estava errada”, querendo com isto afirmar que as ideias propostas nem sequer estavam expostas de forma a delas poder ser dito que estavam correctas ou erradas. As ideias de Rodrigues dos Santos parecem, a este respeito, revelar o mesmo problema. É interessante, aliás, reparar como o físico Jorge Dias de Deus alimenta a mesma opinião em relação às objecções levantadas por Boaventura Sousa Santos: depois de as passar em revista, responde de forma sintética mas elucidativa: “*E daí?*” (Dias de Deus, 2003).

Críticas à possibilidade de objectividade

Os ataques à noção de verdade referidos no capítulo anterior são importantes. Contudo, os maiores desafios à objectividade não brotaram dos devaneios *pós-modernos* mas sim da pesquisa no campo das ciências da comunicação. Muitos destes estudos concluem, seja através da análise lógica do processo noticioso, seja pela investigação empírica, que as práticas jornalísticas concretas envolvem um contributo *activo* do jornalista – que revelaria, ainda que de forma indirecta, traços e marcas da sua própria subjectividade.

Subjectividade como selecção

Rodrigues dos Santos (2005) dá um bom exemplo. Suponha-se uma frase tão banal como “*o primeiro-ministro enganou os portugueses*”. É um enunciado simples, expurgado de juízos de valor e cristalino. Contudo, o mero facto de este evento ser notícia é, em si mesmo, uma *marca subjectiva* da acção jornalística.

Num olhar de relance, a frase não levanta grandes dúvidas quanto à absoluta ausência de marcas identificadoras do jornalista. Mas um olhar mais “topográfico” mostra que a escolha deste tema para notícia tem pelo menos implícito que o primeiro-ministro não deve enganar. Como diz Rodrigues, “*se o acontecimento fosse «um carro azul passou na Avenida de Berna às 8 em ponto» provavelmente não seria relatado porque seria considerado desinteressante e irrelevante. Os jornalistas têm de escolher o que é normal para poderem seleccionar o anormal, têm de decidir o que está para poderem noticiar o que está errado, e é também nesse quadro de escolha que eles remetem para o seu quadro de valores, ou referencial ideológico, mesmo que não tenham consciência disso. Por conseguinte, os jornalistas manifestam opinião logo no momento de seleccionarem a notícia e continuam a fazê-lo na escolha das palavras com que a redigem. Mais importante ainda é o facto de eles não terem escolha. Para exercerem a sua profissão têm de seleccionar permanentemente assuntos e palavras; se não fizerem, ficarão paralisados. A subjectividade é, pois, inerente ao discurso, incluindo o jornalístico*” (Santos, *ibidem*).

Apesar de as posições de Rodrigues dos Santos em relação à impossibilidade de atingir a objectividade serem certamente alvo de controvérsia, parece pacífico que, sob este ponto de vista, o jornalismo obriga de facto a uma acção *activa* por parte de quem, inicialmente, devia actuar apenas como um espelho. Nas palavras de Galdón (2001), mesmo que o mundo exista “*independentemente das pessoas, ao elaborar uma peça o jornalista tem de seleccionar, enquadrar e contextualizar*”. A escolha das palavras, os elementos de apoio do texto, a referência a eventos conexos: tudo isto são *opções* do jornalista que não decorrem de forma alguma dos factos relevantes e que, dessa forma, desvirtuam a ideia de uma objectividade *pura* e completamente imaculada.

Ao contrário das críticas apontadas no capítulo anterior, esta linha de argumentação não ataca a noção de verdade mas sim a ideia de um jornalismo completamente objectivo. Ela preserva os alicerces das noções mais básicas do diálogo e da argumentação racional mas dá uma talhada violenta nalguns andaimes do edifício da objectividade jornalística. Em suma, deita por terra a ideia de um jornalismo assente em factos – e que portanto representa fielmente o mundo –, mostrando como ele não decorre *apenas* dos factos. O jornalismo é *factos* mas também é *mais do que isso*. A participação activa do jornalista está presente em quase todos os processos de elaboração da notícia. Esta crítica mostra como não há ainda algo que permita *fundamentar* um jornalismo *totalmente objectivo*, sem marcas pessoais.

A questão da selecção pode, aliás, ser colocada a vários níveis, porque a necessidade de seleccionar factos é transversal a quase todas as etapas de construção de um jornal. Ao nível superior da decisão editorial, a escolha joga-se ao nível da triagem dos conteúdos mais relevantes que serão, mais tarde, incorporados como notícias. A opção, aqui, é entre colocar uma visita do Papa como manchete, relegá-lo para uma breve ou não noticiá-la de todo. Ao nível mais “micro” da redacção das peças, a escolha prende-se mais com o tipo de factos do acontecimento que serão integrados como elementos de cada notícia. A objectividade, entendida como adequação da mensagem ao mundo, coloca-se em cada uma das etapas: na primeira, levanta a questão da *representatividade* – será que a escolha dos assuntos cobertos retrata de forma aceitável o mundo? Na segunda, levanta a questão do *rigor* – será que a escolha dos factos permite ao leitor construir uma ideia adequada daquilo que foi o evento que a notícia pretensamente retrata? Construir um jornalismo objectivo implica encontrar um *fundamento* para *todas* estas escolhas. Ou seja, implica mostrar que os critérios que

presidem à selecção levada a cabo nas diferentes etapas de construção de um jornal têm um fundamento objectivo e que não decorrem da expressão da subjectividade do autor.

A selecção como escolha do leitor

No capítulo anterior defendeu-se que as críticas à noção de verdade da ciência são muito similares àquelas que se fazem à noção de objectividade no jornalismo. O que não espanta dado que, a um nível fundamental, ciência e jornalismo mantêm grandes semelhanças, se não em relação ao método, pelo menos no que toca ao objectivo: retratar fielmente a realidade. Em ciências como a história, as questões não são, de facto, muito diferentes das colocadas pelo jornalismo (*o que aconteceu? Como? Porquê?*), embora a dificuldade de obter uma resposta seja sem dúvida maior. A diferença é, portanto, mais de grau do que de qualidade.

Esta semelhança implica uma *simetria*: os problemas que afectam um dos campos afectam muito provavelmente o outro campo mas as soluções avançadas por um também terão provavelmente aplicação no outro. Olhar a questão desta forma permite desbravar um pouco o caminho, tornando-se óbvio que também a ciência se depara com os mesmos problemas já identificados de *relevância* e *representatividade*. Apesar de todo o seu sucesso enquanto modelo explicativo da realidade económica, a moderna economia neoclássica, por exemplo, tem um âmbito de aplicação extraordinariamente restrito: limita-se a analisar a relação entre os desejos humanos e os recursos escassos que podem ser usados para satisfazer essas necessidades. A economia neoclássica não nega a importância de estudar as questões institucionais, a psicologia, a interacção de partículas ou a evolução para a explicação da realidade – mas deixa-as respeitosamente para a Economia das Instituições, a Psicologia, a Física de Partículas e a Genética de Populações. Esta segmentação é, aliás, mais fina do que é dado a entender por este exemplo simples: de facto, cada estudo em economia neoclássica, cada *paper* ou projecto de investigação, estuda, por si mesmo, uma questão extremamente específica. Aliás, um dos requisitos para fazer uma boa investigação é exactamente fazer uma boa pergunta – e nas ciências sociais isso é especialmente necessário (Quivy, 1992). Uma boa *pergunta de partida* ajuda a encontrar um caminho por entre o emaranhado de factos existentes, afunila o campo das respostas possíveis e, se bem clarificada, permite traçar um percurso que determinará mais ou menos a resposta final.

Esta resposta pode ser vista também como uma solução para a questão da objectividade no jornalismo. No jornalismo, cada jornal – cada alinhamento noticioso e cada notícia – é uma tentativa de dar resposta a uma pergunta sólida e vigorosa. Chegados aqui, teremos de questionar: mas qual pergunta? Esta é uma das propostas mais importantes desta tese: enquanto o investigador é uma parte activa na escolha da pergunta de partida, o jornalista é apenas uma correia de transmissão que responde às *perguntas colocadas pelo leitor*. Um jornal é apenas uma tentativas de responder às questões do leitor, o que retira o *ónus da escolha* das perguntas dos ombros *subjectivos* do jornalista. Desta perspectiva, a escolha dos assuntos relevantes e dos pontos mais importantes de cada acontecimento recai sobre o leitor, cabendo ao jornalista a mera responsabilidade de dar as respostas. Ele torna-se assim um *mero intérprete das perguntas que o leitor estará, provavelmente, a colocar*.

Que tipo de forma assumem estas perguntas? Na maior parte dos casos, elas assumirão formas extraordinariamente banais. É provável que, depois de uma importante cimeira internacional, o leitor médio deseje apenas saber *afinal, o que é que de mais importante se passou*. O leitor médio poderá ainda especificar melhor o que entende por *mais importante* – é aquilo que ele destacaria depois de conhecer todos os factos relevantes do assunto. Numa eleição política, será fácil para um jornalista descobrir algumas das perguntas que o leitor quer ver respondidas – o vencedor das eleições é um caso óbvio – mas há perguntas laterais que apenas poderão ser descobertas com uma feliz conjugação de intuição com conhecimento profundo. E, nalguns casos, diferentes leitores poderão fazer diferentes perguntas: por exemplo, é natural que um adepto do Real Madrid esteja sobretudo interessado em saber o resultado da sua equipa no último jogo mas é igualmente natural que um adepto português valorize mais saber como foi a prestação do Cristiano Ronaldo.

Este é um método subtil: o *passo decisivo* do processo está na identificação da “pergunta de partida”, ou seja, o conjunto de interrogações que os leitores provavelmente estarão a fazer. A partir daí, o processo torna-se quase completamente mecânico: representa apenas a tentativa de usar os factos para responder às perguntas. A subjectividade está *toda* do lado do leitor, que coloca as perguntas. O jornalista é como um telefone: permite que passem conversas (perguntas, no caso), subjectivas mas não é, em si, subjectivo. Chegamos assim, finalmente, ao *fundamento* da objectividade: a escolha dos assuntos e da hierarquia é sempre do leitor (o jornalista é um mero intérprete dessa

escolha) e, a partir daí, cabe ao jornalista dar voz aos factos que permitirão responder a esta pergunta. Podemos por isso ver o *jornalismo objectivo* como um plano que é dado pela intersecção de um plano de perguntas colocado pelos leitores com um volume de factos disponíveis no mundo real.

É possível argumentar que tudo isto não passa de um jogo de palavras. Na verdade, o jornalista *não sabe* o que o público deseja e, por isso, quando escolhe um conjunto de factos está inevitavelmente a revelar a sua subjectividade e o seu olhar particular. Em primeiro lugar, é pura e simplesmente falso que as redacções não façam algum tipo de *conjectura* em relação àquilo que os seus leitores querem ver respondido. Tal jornal não teria sequer mercado. Mas de facto é verdade que o jornalista não sabe com precisão absoluta o que o público deseja e que, muitas vezes, a escolha entre colocar uma citação lateral ou um facto banal no último parágrafo de um texto longo é decidida pelos critérios mais arbitrários que é possível conceber (espaço disponível, por exemplo). Mas não se defende aqui que este critério seja ritual e escrupulosamente cumprido pelas redacções. O que se defende é que ele permite *orientar* a produção jornalística, como uma espécie de *guia em direcção a objectividade*. É uma forma de, como diz Mesquita (1993), erigir de novo a objectividade como “uma estatueta sagrada”. Em suma, dar-lhe um *fundamento*.

Implicações da selecção como escolha do leitor

Olhar para a *escolha dos temas e dos factos* não como uma expressão da subjectividade do jornalista – como costumam fazer os críticos da objectividade – mas sim como uma tentativa *objectiva* de dar resposta a perguntas concretas do leitor traz óbvias vantagens face à perspectiva corrente. Além de permitir restituir à objectividade o lugar de *ideal a alcançar* que alguns já não consideravam ser possível (Mesquita, 2003), permite também dar resposta a um conjunto de interrogações que suscitem problemas óbvios.

A este respeito tome-se o exemplo dado por José Rodrigues dos Santos em relação à notícia segundo a qual “o primeiro-ministro mentiu”. Num primeiro momento, isto parece revelar o “quadro ideológico” do narrador, que assume “que é mau mentir e que o PM não o devia ter feito” (Rodrigues, 2003). A perspectiva aqui avançada desloca o ónus da ideologia para o leitor: o jornalista limita-se a revelar ao leitor uma coisa que,

devido ao seu (do leitor) quadro ideológico, ele quererá saber. O quadro ideológico é irrelevante para o jornalista: este apenas se importa com as preocupações e anseios do leitor, sendo alheio às motivações que provocam esses anseios. O problema dissolve-se, portanto.

Este esquema também permite conceber um critério de objectividade, ainda que apenas ao nível de uma mera experiência mental. Sendo a objectividade – ao nível da escolha dos factos – dada pela concordância entre os factos que o jornalista seleccionou e os factos que o leitor acharia mais relevantes caso estivesse presente no evento que deu origem a esses mesmos factos, é possível averiguar a objectividade neste patamar concreto: basta averiguar a concordância entre os dois (a palavra cabe, pois, ao leitor, que deverá comparar o relato com o evento original – através de um vídeo, por exemplo, ou qualquer outro suporte fiável).

Note-se ainda que diferentes relatos do mesmo evento não significam necessariamente que os relatos não sejam objectivos. Na medida em que a objectividade é ditada em parte pelos constrangimentos impostos pelas perguntas a responder, diferentes públicos podem fazer diferentes perguntas – que se repercutem daí em diante como diferentes textos. Jornais regionais, nacionais e internacionais terão diferentes agendas – não no sentido de “agendas políticas” mas no sentido mais comum de responderem perante públicos diferentes, com anseios diferentes. E se isto é óbvio para jornais de diferentes dimensões, deveria ser também óbvio para jornais de diferentes latitudes e regiões.

Neste sentido, os estatutos e critérios editoriais são instrumentos indispensáveis para apurar a objectividade de um jornal, na medida em que afirmam *explicitamente*, pelo menos em parte, as perguntas às quais tentam dar resposta. Um bom estatuto editorial explica ao leitor exactamente qual é o foco do jornal e qual é o leitor tipo que o jornal considera relevante. Mesmo um jornal de poucos recursos pode ser objectivo: aqui, contudo, os temas serão naturalmente diferentes de um jornal orientado para as elites, algo que deverá ser claramente assumido nos estatutos.

Este critério é suficientemente largo para ser compatível com uma vasta pluralidade de jornais, cada um com os seus próprios critérios editoriais. Ao mesmo tempo, é suficientemente restritivo para vedar a manipulação e a mentira deliberada. É legítimo que uma revista portuguesa não mencione um caso de corrupção envolvendo um distinto político italiano: há tantos temas em concorrência directa que é compreensível aceitar a ideia de que o caso em questão não está suficientemente bem

colocado na hierarquia noticiosa para merecer referência na imprensa. Mas um jornal italiano de cariz marcadamente político teria muito mais dificuldade em recusar espaço a este tema, uma vez que parece óbvio e inegável o interesse do leitor. Fugir a esta obrigação é fugir ao um requisito essencial da objectividade: responder às perguntas colocadas pelo leitor.

Note-se que não há aqui qualquer referência a uma entidade abstracta e dificilmente definível como o conceito de “interesse público”. Segundo a concepção de objectividade aqui apresentada, as perguntas que norteiam a produção jornalística são uma emanção de cada leitor e não uma imposição do jornal. Não há outro interesse a levar em conta que não os interesses dos leitores do jornal, individualmente considerados.

Esta perspectiva fornece assim um *fundamento* para uma escolha de temas expurgada de qualquer subjectividade. Ao mesmo tempo, explica a indignação que um leitor sente quando se sente enganado por um jornal. Segundo as perspectivas relativistas, seleccionar ou não um acontecimento como noticiável é uma questão meramente subjectiva – e, por isso, ocultar uma informação política ou económica não constitui necessariamente uma mentira mas apenas uma expressão da subjectividade do jornalista. Segundo a perspectiva aqui apresentada, ocultar informações valiosas implica a violação de um compromisso ditado pela objectividade: relatar ao leitor aquilo que se acredita ser do seu interesse. Uma notícia que não dá conta de factos relevantes pode ser *factual* por não adulterar os factos mas não será *objectiva* na medida em que ilude o leitor em relação àquilo que é a realidade.

Subjectividade como enquadramento e interpretação

A análise precedente mostrou como elaborar uma *conjectura em relação àquilo que são as perguntas do leitor* pode servir de fundamento para a escolha e hierarquização dos vários temas noticiáveis. Contudo, fazer uma notícia não implica apenas seleccionar “trechos” de realidade – ou seja, factos; implica também construir um todo coerente. Para isso é frequentemente necessário enquadrar esses mesmos factos, trabalhá-los e contextualizá-los. É preciso escolher palavras, compor frases e seleccionar elementos exteriores à notícia que permitam compreendê-la.

O jornalismo implica por isso fazer escolhas a vários níveis que transcendem a mera selecção de factos (que foi tratada na secção anterior). Implica o que poderemos chamar de “enquadramento”. Um enquadramento engloba todas as escolhas que contribuem para a construção da notícia e que não podem ser logicamente reduzidas à selecção de factos. As relações de causalidade estabelecidas pelo jornalista e os elementos de contextualização que são incluídos na notícia são dois bons exemplos de escolhas feitas no capítulo do enquadramento.

Se a secção precedente tentou encontrar um fundamento para a escolha dos factos, esta tenta fazer o mesmo em relação ao respectivo enquadramento.

Enquadramento como problema técnico

Volte-se à noção de objectividade: a objectividade, lembre-se, é a propriedade de qualquer texto capaz de reproduzir de forma fidedigna a realidade. Qual realidade? A realidade que mais interessa ao leitor a quem se dirige o jornal. Deste ponto de vista, a escolha de um enquadramento deve ser feita de forma a reproduzir a realidade.

A já explorada analogia com a ciência será de novo utilizada para que se perceba o que se entende exactamente por “reproduzir a realidade” neste contexto. Em ciência, o rigor metodológico implica não apenas uma pergunta de partida mas também todo um conjunto de etapas destinadas a assegurar que a investigação é epistemicamente virtuosa. Exige-se, por exemplo, a clarificação dos conceitos empregues, a enunciação clara e não ambígua das hipóteses de trabalho, etc. E fazer este *enquadramento teórico* não releva de forma alguma da arbitrariedade do cientista. De facto, uma das tarefas da ciência é exactamente *eliminar* os maus enquadramentos. A hipótese de trabalho de que o desemprego está relacionado com o crime é útil como ponto de partida mas está sujeita a revisão, refutação ou confirmação. Fazer ciência é sobretudo *varrer* do campo das hipóteses válidas todo um conjunto de ideias – ligações entre variáveis, por exemplo – que se verificou estarem erradas (Popper, 1965).

A transposição desta conclusão para o jornalismo conduz à ideia de que o enquadramento jornalístico é, mais do que uma mera questão de escolha pessoal ou editorial, uma verdadeira *questão técnica*. O *bom enquadramento* é aquele que consegue levar o leitor a *compreender* a realidade, mais do que apenas aperceber-se de um facto. Enquadrar devidamente uma notícia implica revelar todos os factos que ajudam à sua

interpretação, produzindo na mente do leitor uma imagem rigorosa da realidade que a notícia supostamente retrata. Neste sentido, fazer um enquadramento exige, antes de tudo, um conhecimento técnico robusto da realidade que o jornalista está a tratar. Fazer jornalismo é um exercício *quasi-científico*.

Esta proposta pode ser ilustrada com vários exemplos. Suponha-se a “onda de crimes” registada no início do Verão de 2008. De acordo com o critério da mera factualidade como guia para a objectividade – o *empirismo ingénuo* de Schudson (1978) –, noticiar uma “onda de crimes” terá sido provavelmente uma boa escolha, dado que o número de crimes de facto aumentou face ao ano anterior². E de acordo com o critério proposto neste trabalho? Relativamente ao primeiro critério, uma peça deste género parece aceitável: é óbvio que a criminalidade é um assunto de interesse, pelo menos para os leitores de alguns jornais nacionais. Mas, de acordo com o segundo critério – do *enquadramento como conceito técnico* –, não se pode, em rigor, dizer que houve objectividade. Isto porque faltava dizer, por exemplo, que o nível de crimes registou uma subida elevada em 2008 mas apenas porque em 2007 tinha decrescido imenso³. A “onda de crimes” noticiada representava, na verdade, um número de crimes em linha com aquilo que tinha acontecido em 2005 e 2006. A objectividade sucumbiu pois à ausência destes elementos de contextualização que permitiriam compreender melhor o acontecimento noticiado.

Mais uma vez, a decisão de incluir elementos deste género – em suma, de fazer *um certo tipo de enquadramento* – está longe de ser arbitrária. É uma escolha absolutamente necessária para que a notícia consiga retratar a realidade. Um jornalista que não inclua os elementos referidos revela ingenuidade ou falta de preparação. É por isso que se defende aqui que um *enquadramento* não é um palpite nascido da subjectividade do jornalista mas sim o resultado de um aturado processo de compreensão de uma realidade que é *tecnicamente complexa*. A objectividade releva por isso da capacidade que o jornalista tem de compreender as teias de causalidade ocultas sob a bruma dos factos.

É evidentemente estulto supor que o trabalho jornalístico pode atingir o rigor metodológico de uma pesquisa científica. Textos escritos numa tarde sob a pressão de

²<http://blasfemias.files.wordpress.com/2008/08/criminalidade.png>

³http://www.mai.gov.pt/data/documentos/%7B76D3C32A-9691-4456-AF6B-3F6B4EEA4392%7D_RASI2007_Versao-Parlamento.pdf

uma edição prestes a fechar estarão sempre em desvantagem face a trabalhos pensados e maturados ao longo de vários meses ou anos. Esta realidade não deve, contudo, fazer esquecer duas coisas. Em primeiro lugar, que a natureza dos temas tratados pelos jornalistas são também tipicamente menos densos do que os assuntos abordados em papers científicos. O discurso de um deputado na Assembleia é previsivelmente menos complexo do que a relação de longo prazo entre taxas de juro e desemprego. Em segundo lugar, admitir a dificuldade de fazer enquadramentos perfeitos é um assumir de desafios sem dúvida mais gratificante do que a rendição incondicional à ideia de que não há enquadramentos melhores ou piores mas apenas enquadramentos diferentes. Recorde-se, mais uma vez, que o propósito deste trabalho é encontrar um *fundamento* para a objectividade: um *guia* capaz de orientar os jornalistas na direcção daquilo que Mário Mesquita chama de “estatuetas sagradas” (2003).

Limitações linguísticas

Apesar de tudo o que foi dito em relação ao enquadramento, a verdade é que, a um nível mais fundamental, continua a haver imensas escolhas subtis ao nível da escolha de palavras e construção frásica que implicam necessariamente diferenças ao nível da interpretação feita pelo leitor. Alsina (2005), por exemplo, defende que dizer “o primeiro-ministro, Zapatero” tem um significado diferente de dizer “Luís Zapatero”, implicando isto a introdução de alguma subjectividade.

Apesar de aparentemente promissora, esta linha não leva necessariamente à conclusão de que a subjectividade é inerente ao jornalismo. A objectividade, recorde-se, é a propriedade de um enunciado de reproduzir a realidade. Ora, apesar de a descrição da realidade ter por isso de ser *exacta*, não é necessariamente verdade que não possam coexistir várias descrições de uma mesma realidade. Em física, por exemplo, as matrizes de Heisenberg eram formalmente equivalentes à função de onda de Schrodinger (Weinberg, 1996) e a ideia de “selecção natural” de Darwin tinha uma correspondência quase perfeita com a ideia de “sobrevivência do mais apto” de Alfred Wallace. Um poliedro pode igualmente ser descrito quer através das coordenadas dos seus vértices quer pela posição relativa dos sólidos que o compõem.

Isto acontece porque uma mesma realidade pode ser descrita de diversas formas. A objectividade limita de forma rigorosa a ligação que um enunciado pode estabelecer

com o mundo mas não implica de forma alguma qualquer espécie de monopólio por parte de uma categoria específica de enunciados. Vários tipos de *descrição* do mundo podem ser compatíveis. O que na prática significa que uma boa parte das escolhas linguísticas que o jornalista faz na construção das suas peças pode ser *largamente irrelevante* do ponto de vista da objectividade. A objectividade só será afectada na medida em que essas escolhas *desvirtuem* a relação estabelecida entre a descrição e o mundo descrito.

Haverá naturalmente outras escolhas que podem tornar um texto mais ambíguo. O significado das palavras pode variar consoante as latitudes e muitas vezes essas variações implicam descodificações aberrantes (Eco, citado em Wolf, 1987) por parte de quem lê as palavras em questão. Nestes casos recomenda-se a utilização de uma linguagem tão neutra quanto possível, clara e enxuta. Isto não garante que não haverá franjas marginais a fazer descodificações aberrantes, mas a verdade é que também nada garante que a equação $2 = 1 + 1$ não seja mal interpretada por quem atribui ao símbolo “2” o valor numérico de “três unidades”. A partir de um certo nível, é legítimo esperar que haja uma razoável semelhança em relação aos significados que o jornalista e leitor atribuam a palavras de uma língua comum.

Por sua vez, a ideia de que a perspectiva do narrador influencia o relato produzido é verdadeira mas também aqui não implica qualquer perda de objectividade. Desidéro Murcho (2006) sintetiza bem a questão em causa: *“Uma analogia que se costuma avançar para esclarecer esta ideia [subjectivismo] envolve, precisamente, o recurso à perspectiva espacial. Assim, uma pessoa que observa uma estrada do cimo de um monte diz que “a estrada desce” o monte; uma pessoa que observa a mesma estrada a partir do vale diz que “a estrada sobe” o monte (...) A analogia espacial põe em evidência a confusão básica que envolve o subjectivismo e permite começar a compreender a dificuldade que esta ideia enfrenta. A confusão é pensar que só porque é possível ver a mesma coisa de diferentes perspectivas isso assinala uma falha de objectividade. Que isto é uma confusão compreende-se melhor se percebermos que alguém que do cimo do monte dissesse que “a estrada sobe” estaria objectivamente errado. Não há lugar para subjectivismos ou perspectivas: na situação em que essa pessoa está, a estrada tem um ângulo descendente e não ascendente. A confusão consiste em não olhar para a totalidade da situação, confrontando apenas as afirmações aparentemente opostas das duas pessoas. Mas as suas afirmações não são opostas; só parecem opostas se não olharmos*

para a situação de um ponto de vista mais alargado. O que faz ambas as afirmações opostas serem verdadeiras é o mesmo ângulo da mesma estrada.”

Potencialidades do enquadramento como problema técnico

Esta perspectiva, conjugada com a defendida no capítulo anterior, parece fornecer bons alicerces para voltar a estabelecer a objectividade como um objectivo que se pode legitimamente tentar atingir. Ao mesmo tempo, permite resolver vários problemas e dar resposta a algumas interrogações que outras perspectivas de objectividade – inclusive a sua negação (o subjectivismo, portanto) – não conseguem ultrapassar.

Tome-se como exemplo a divisão entre aquilo que se pode chamar de jornalismo noticioso – feito de agenda *pura e dura*, com peças do dia – e o jornalismo *interpretativo*, que compila dados, os enquadra, explica. Alguns defendem que este segundo género é uma mera reconstrução da realidade e outros acham mesmo que ele é incompatível com um dos cânones da objectividade: o distanciamento (Mindich, 1998). Mas, de acordo com a perspectiva de objectividade defendida neste trabalho, o jornalismo interpretativo é um género perfeitamente legítimo de jornalismo. Na verdade, e assumida que está a necessidade *permanente* de enquadrar os dados, para que estes possam ser correctamente interpretados e a sua leitura corresponda a um retrato fiel da realidade, *todas* as peças devem ter sempre elementos de contextualização. Aquilo a que vagamente (e por vezes desdenhosamente) se chama de *jornalismo interpretativo* não é mais do que um jornalismo que, partindo de factos sobejamente conhecidos, tenta *explicá-los*, sendo que o verdadeiro valor acrescentado reside precisamente no fornecimento de *elementos de contextualização* que permitam interpretar aquilo que de facto aconteceu. Mais uma vez, a analogia com a ciência é produtiva: apesar de astrónomos como Galileu terem tomado como tarefa a identificação das posições dos astros – descobriram factos, portanto – coube a Newton descobrir o mecanismo que *explicava* a sua movimentação – concentrou-se menos nos factos do que na sua *interpretação*.

Há imensos trabalhos onde a falta de capacidade para contextualizar e interpretar os dados é óbvia e patente. Nalguns casos, um bom *enquadramento e*

interpretação pode retirar grande parte da força que a notícia pretendia ter; noutros casos, pode pura e simplesmente torná-la banal ao ponto de não merecer sequer uma referência. Suponha-se que o sector industrial perdeu peso na economia portuguesa entre 1980 e 2010. A notícia extrairá grande parte da sua força daquilo que for o enquadramento: um bom enquadramento revelará que este processo é norma, que tem vindo a acontecer nos restantes países, que a terciarização das economias faz parte do processo normal de desenvolvimento, etc. A supressão destes elementos de enquadramento e contextualização podem *sobrevalorizar* e dar força à notícia, mas apenas às custas do colapso da objectividade.

Deste ponto de vista, uma boa parte daquilo que é tipicamente considerado “sensacionalismo” consiste apenas em noticiar factos que só se desligados de elementos de contextualização importantes ganham real relevância. Nesse sentido, o sensacionalismo constitui um ataque à objectividade: suprime uma parte da realidade que é suposto transmitir.

Este critério, contudo, deixa de fora uma parte daquilo que se pode considerar “imprensa cor-de-rosa”. A proliferação de especulação (muitas vezes não assumida) neste meio pode retirar-lhe alguma objectividade, mas os assuntos que retrata e dos quais fala não são, *per se*, um ataque à objectividade.

Contornos da objectividade

Os capítulos anteriores procuraram firmar alicerces robustos capazes de sustentar um jornalismo objectivo. Este capítulo consolida esses alicerces e explica qual é a forma concreta que as propostas feitas obtêm uma vez aplicadas ao jornalismo.

A essência da objectividade

A essência do jornalismo é a construção de mensagens. Estamos agora em condições de avançar com os critérios que devem presidir à construção dessas mensagens de forma a dar garantias de objectividade.

Em primeiro lugar, é sempre necessário elaborar uma conjectura em relação àquilo que serão os interesses do leitor. Isto não obriga necessariamente cada jornal a incorporar nos cabeçalhos de página uma explicitação da pergunta a que está a tentar dar resposta. Mas exige, a um nível mais geral, que se torne explícita a orientação do jornal, de forma que este torne claro, perante o leitor, a que tipo de perguntas tentará dar resposta. Públicos diferentes têm expectativas diferentes e por isso é necessária essa clarificação. Remete-se aqui para uma especificação pública e precisa dos estatutos e critérios editoriais que presidem à actividade diária do jornal.

Segue-se a fidelidade aos factos. O jornalismo não é só factos mas sem factos não há jornalismo. Os factos são a *matéria bruta* a partir da qual são construídas as notícias; o enquadramento, a cola que lhes dá coerência e os integra numa estrutura completa e consistente. E um bom enquadramento é sempre o resultado de um bom domínio técnico dos assuntos em causa. Só com um apurado saber técnico pode o jornalista distinguir o importante do corriqueiro e acessório, depurando os factos relevantes do denso lamaçal de factos irrelevantes. A este respeito não é de mais repetir: muitas vezes, a determinação de um enquadramento não exige um conhecimento técnico particularmente robusto. Mas esse conhecimento é o único requisito que permite dar resposta a uma realidade cada vez mais complexa e na qual a objectividade exige muito mais do que apenas honestidade e boa vontade.

É assim através destes três “filtros” que se pode desenhar um jornalismo objectivo. A fórmula, reconheça-se, é simples: *clarificação da pergunta + conhecimento técnico + factualidade*.

Méritos

Esta proposta parece ter pelo menos três méritos principais. Em primeiro lugar, volta a colocar a objectividade como uma meta passível de ser atingida. Os capítulos anteriores mostraram como as escolhas jornalísticas podem ter fundamentos objectivos e como as críticas subjectivistas falham muitas vezes o alvo. Os jornalistas fazem escolhas, mas essas escolhas estão longe de representar a intromissão de alguma espécie de subjectivismo inultrapassável. Longe de serem arbitrárias, as escolhas – quer ao nível da selecção dos factos quer ao nível do respectivo enquadramento – são o resultado de circunstâncias *exteriore*s aos jornalistas: as exigências dos leitores e a necessidade de uma correcta compreensão dos factos relatados.

Em segundo lugar, *clarifica* os fundamentos da objectividade. Isto é importante porque, apesar de vários autores aceitarem a objectividade, essa aceitação parece, em muitos casos, não se ter fundado em outra coisa que não um apelo do senso comum ou na simples ideia de que a rejeição da objectividade teria consequências nefastas. McQuail (2003), por exemplo, diz que “*a objectividade está longe de ser unanimemente olhada como necessária, virtuosa ou mesmo possível de atingir (...) Mas há uma certa força nos argumentos de Lichtenberg de que «na medida em que esperamos compreender o mundo, não podemos deixar de assumir em simultâneo a possibilidade e o valor da objectividade»*”. Este trabalho ajuda a fundamentar esta ideia em mais do que uma mera profissão de fé.

Desta clarificação pode, aliás, deduzir-se uma consequência importante: o facto de não haver necessariamente contradição entre estatutos editoriais com uma orientação assumida e a possibilidade de se atingir a objectividade. Estatutos editoriais diferentes significam perguntas de partida diferentes mas a objectividade apenas limita *as respostas que podem ser dadas e não as perguntas que podem ser colocadas*. Um jornal de orientação socialista pode, por exemplo, dedicar a sua existência a tentar responder à pergunta “onde é proletariado explorado pelo capitalismo?”. A diferença entre este jornal e um panfleto publicitário do Partido Comunista é que, podendo os dois decidir as perguntas a que vão responder, apenas o primeiro tem um compromisso com a qualidade das respostas que dará.

Um terceiro mérito desta proposta tem que ver com o facto de ela oferecer um conceito de objectividade que permite ultrapassar aquilo que Mindich (1998) identifica como um elevado potencial de instrumentalização. Segundo este autor, os requisitos da

objectividade – ouvir fontes oficiais, ouvir os dois lados, etc. – podem ser facilmente virados contra os próprios jornalistas. O conceito de objectividade aqui proposto admite que as regras deste género são apenas *instrumentais* na medida em que permitam aceder ou representar melhor a verdade.

Não é por isso de estranhar que esta concepção de objectividade se enquadre em vários tipos de jornalismo: desde o jornalismo de investigação ao jornalismo interpretativo. Esta concepção é suficientemente flexível para permitir que todos eles encontrem um fundamento para a objectividade num mundo em que esta é olhada de forma cada vez mais desconfiada.

Limitações

A facilidade com que o conceito de objectividade proposto se molda a vários tipos de jornalismo é também uma das suas limitações: ele arrisca tornar-se tão plástico que pode chegar ao ponto de se tornar inútil. Há um *trade-off* entre *restritividade* e *abrangência*.

É verdade que já foi analisada a forma como a proposta avançada acaba, na prática, por limitar imenso a prática jornalística. Mas o problema é mais profundo. Na verdade, a proposta não fornece uma forma de avaliar *de facto* a objectividade de um texto. Na prática, qualquer texto pode ser como que “desculpado” *a posteriori*. Não é fácil saber com rigor e precisão absolutos as perguntas que flutuam na mente dos leitores. Pior, não é possível determinar quais os enquadramentos correctos de cada notícia. (Sendo um assunto *eminente técnico*, convenhamos ao menos que seria de esperar).

Restam, contudo, dois consolos. Em primeiro lugar, não é de estranhar que não haja forma de analisar e medir a objectividade de um texto. Há uma inúmera multiplicidade de enquadramentos possíveis – sendo que eles serão tanto mais objectivos quanto mais tecnicamente correctos forem. Admitir que é possível submeter um enquadramento a alguma espécie de teste que permita automaticamente determinar se ele é objectivo ou não implica mais do que parece à primeira vista: na verdade, implica quase a omnisciência, como notou Popper (2008). Se existisse tal teste, não seria necessária ciência ou jornalismo: bastaria entregar-lhe as questões que ciência e jornalismo tentam responder e ele encarregar-se-ia por si de dar as respostas correctas.

Em segundo lugar, admitir a falibilidade na avaliação da verdade não implica admitir que todos os nossos esforços são infrutíferos. O debate entre perspectivas conduz certamente a um saber mais esclarecido do que o monólogo ensimesmado, por exemplo. É possível assumir que mais conhecimento técnico conduz em princípio a um maior grau de objectividade e manter que não há, ainda assim, qualquer processo decisório que permita dar a retumbante e final resposta em relação ao grau de objectividade de um texto.

Mais uma vez, isto não é novidade para os cientistas que desde o século XVI descobriram que a melhor forma de chegar à verdade é através do debate livre e informado. Esse processo conduziu à formação de sociedades científicas, à evolução do sistema de *peer-review* e à criação de um sistema social na qual a dissidência não é penalizada e os obstáculos ao diálogo removidos. E é fácil perceber porquê: num sistema destes, as verdades alicerçadas terão sempre de provar que se mantêm válidas contra as novas perspectivas que todos os dias vão emergindo. A objectividade de cada teoria tem de passar pelo crivo de outras teorias que clamam igualmente ter a pretensão à objectividade.

Nesse sentido, a multiplicação de vários canais informativos de várias fontes é a melhor prescrição que se pode fazer no sentido de favorecer o debate livre e informado, conduzindo, desta forma, à melhor aproximação possível de objectividade. Isto pode parecer trivial mas tem implicações práticas: para o fenómeno da blogosfera, por exemplo, esta perspectiva defenderá que o seu aparecimento não contribuirá para aumentar o ruído mas sim para dar mais e novos pontos de choque e de debate. A vigilância que a blogosfera tem feito sobre os *media* confirma, aliás, esta hipótese. Ela tem contribuído para formar cidadãos mais informados, vigiando o “quarto poder” e garantindo um pluralismo de pontos de vista que levantam diariamente mais e mais dificuldades aos meios de comunicação, que se vêem agora obrigados a *justificar* algumas das decisões de enquadramento e de selecção que de outra forma passariam sem réplica. A objectividade só sai beneficiada.

Conclusões

O investigador Mário Mesquita (2003) diz que “muitos jornalistas já arrumaram [a objectividade] no sótão, entre as velharias sem préstimo”. É difícil saber quanto disseminada está, de facto, esta atitude. Mas não é difícil perceber o que está na sua génese: em primeiro lugar, o desencanto relativamente a um vasto leque de práticas jornalísticas concretas; em segundo lugar, o assombro face a um conjunto de críticas que sustentam que qualquer escolha jornalística implica necessariamente a intromissão de factores da mais pura subjectividade.

Este trabalho, contudo, mostra que as escolhas jornalísticas são compatíveis com a objectividade. O erro dos críticos da objectividade está no facto de confundirem *escolhas* com *arbitrariedades*. Perante a conta de somar “2+2=” um matemático pode escolher desenhar um “4” ou um “5” mas seria disparatado pensar que ambas as opções são igualmente válidas. O número desenhado também nasce necessariamente de uma *escolha*; mas essa escolha é feita com base em critérios rígidos e rigorosos que presidem à manipulação dos símbolos que constam da Teoria dos Números. Ser objectivo não implica por isso eliminar as opções que os jornalistas têm sempre de tomar – mas sim *fundamentá-las devidamente* em critérios objectivos.

Há três critérios propostos: a *factualidade*, a *selecção como escolha do leitor* e o *enquadramento como exercício técnico*. A um nível puramente formal, estes critérios actuam como axiomas dos quais se pode logicamente deduzir a construção de um texto objectivo. Isto permite restituir à objectividade o lugar de destaque que desde o século XIX ocupou no jornalismo. A ideia de que todas as perspectivas são legítimas não pode por isso continuar a ser sustentada, a não ser como um sintoma claro de preguiça profissional ou de irresponsabilidade intelectual.

A proposta defendida para a fundamentação da objectividade tem pelo menos duas implicações importantes. A primeira diz respeito à noção de “interesse público”. Apesar de este trabalho não se debruçar particularmente sobre este conceito, ele revela com propriedade como a objectividade pode sustentar-se sem o recurso a uma muleta tão débil. De facto, as preferências individuais de cada leitor são muito mais facilmente avaliáveis do que qualquer espécie de “interesse público”. Mas mesmo uma clarificação mais precisa deste conceito – que permitiria perceber com mais propriedade e rigor

quais as questões que ele inspira – teriam ainda uma grande desvantagem: a criação de um jornalismo monolítico e inerte, que tenta responder a um único tipo de perguntas e que não abre caminho à pluralidade de pontos de vista. A proposta feita neste trabalho parece, a este nível, bastante mais fecunda.

Uma segunda implicação relaciona-se com os limites que qualquer autoridade centralizada tem para estimular ou promover a objectividade. De acordo com a proposta avançada neste trabalho, o jornalismo objectivo deve ser factual, deve tentar responder às perguntas colocadas pelos seus leitores e deve enquadrar as respostas de forma que estas consigam reflectir a realidade. Em nenhum destes objectivos se vislumbra qualquer vantagem relativa que uma autoridade central (como a Entidade Reguladora da Comunicação) possa eventualmente ter face aos órgãos de comunicação social que supostamente tutela.

Em relação à selecção e hierarquização de temas e factos, por exemplo, é no mínimo duvidoso que um órgão composto por burocratas da comunicação esteja em melhor posição do que um jornal para determinar quais são os anseios, desejos e temores do público aos quais dirige as suas notícias (e do qual, aliás, depende financeiramente). Isto levanta limitações muito concretas àquilo que pode ser o papel de um regulador no que diz respeito à promoção da objectividade. Em muitos casos, a legislação não irá promover a objectividade mas apenas limitar os nichos de mercado que poderão ver respondidas as respectivas perguntas.

Ao nível do enquadramento as limitações são ainda maiores. Determinar um enquadramento, recorde-se, é apenas e só contextualizar um evento ou facto de forma que a realidade não seja desvirtuada. Isto implica conhecer a realidade em causa e ter um profundo conhecimento técnico dos fenómenos envolvidos. Mais uma vez, não há razão para supor que uma autoridade regulatória tenha, a este nível, qualquer espécie de competência especial.

É evidente que pode haver casos de sensacionalismo deliberado, que distorçam informação e enganem imensos leitores. Mas é igualmente evidente que o público está longe de ser tão frágil como frequentemente se assume. Desde logo, porque os erros crassos serão imediatamente detectados pelo público, acarretando para o jornal as consequências que os leitores determinarem (e a este respeito convém lembrar que a recusa da objectividade teve um custo financeiro avultado para muitas publicações já no século XIX). É possível que alguns casos não sejam suficientemente óbvios para que o leitor comum os detecte; mas nesses casos a existência de uma concorrência feroz dará

ao público a possibilidade de estabelecer contrastes entre as diferentes versões publicadas e construir então uma opinião mais informada. Restam os casos limite em que se considera que não há qualquer publicação com credenciais suficientemente elevadas para que se confie ao mercado a responsabilidade de propor respostas correctas às interrogações do público. Isto, contudo, implica a ideia já criticada de que o regulador tem alguma espécie de acesso especial à verdade, o que é estatisticamente improvável e epistemicamente injustificável.

Mas se uma omissão não parece problemática, uma acção errada pode ser calamitosa. Isto porque, enquanto um enquadramento tecnicamente incorrecto feito por um jornal afecta apenas o público ao qual ele se destina, a imposição de um enquadramento mal feito por parte de uma autoridade reguladora afecta todos os jornais e todos os consumidores por igual. Mais importante ainda, impede que o erro entretanto propagado possa ser rectificado por perspectivas não contempladas pelo cânone do regulador. Uma boa parte da regulação é publicamente justificada pela falibilidade de cada um. Mas é exactamente esta falibilidade que deve reduzir a regulação centralizada ao mínimo possível. A posição especial que o regulador tem não lhe concede nenhuma espécie de infalibilidade no que toca à averiguação da verdade – apenas amplia as consequências dos seus erros.

Fomentar a objectividade é um exercício complexo que não deve por isso seguir outras regras que não as que permitiram o florescimento da ciência desde o século XVI: facilitar a entrada de concorrentes, promover o debate livre e diminuir ao mínimo a intromissão de autoridades centrais (que, recorde-se, estão ausentes na ciência – não há um responsável por resolver disputas mas sim uma comunidade que esgrime argumentos sem garantias de um consenso satisfatório). Estas prescrições, recorde-se, têm uma aplicação prática bastante concreta numa altura em que se debate o poder dos reguladores e a eventual constituição de uma Ordem de jornalistas (que acabaria por ter inevitavelmente um poder elevado na determinação de quem pode ou não exercer a profissão). E será porventura conveniente lembrar que ainda recentemente se debateu a possibilidade de regular a blogosfera sob o argumento de que os blogues ocupam um importante espaço mediático sem contudo adoptarem as “boas práticas” que garantem a objectividade (atribuição de fontes, por exemplo). É um caminho sinuoso: verdade, apesar de poder ser perseguida, flui mais facilmente quando isenta de tutores.

Bibliografia

- ALSINA, Miguel Rodrigo (2005). *La produccion de la noticia*: Paidós Comunicació
- BOGHOSIAN, Paul (1997). “O que o embuste de Sokal nos deve ensinar”, *Disputatio*, Maio, pp. 22-35
- BOUDON, Raymond (2005). *Os intelectuais e o Liberalismo*: Gradiva
- DIAS DE DEUS, Jorge (2003). *Da crítica da ciência à negação da ciência*: Gradiva
- FIDALGO, Joaquim (2008), *O jornalista em construção*: Porto Editora
- GALDÓN, Gabriel (2001, coord.). *Introduccion a la comunicacion y a la informacion*: Ariel Comunicació
- JEANNENEY, Jean-Noel (2003). *Uma história da comunicação social*: Terramar
- JENSEN, Robert (1992). “Fighting objectivity: the illusion of journalistic coverage of the Persian gulf war”, *Journal of Communication Inquiry*, Janeiro/Março, pp. 20-32
- KUHN, Thomas (1962). *The structure of scientific revolutions*: Chicago University Press
- MCQUAIL, Denis (2003). *Teoria da comunicação de massas*: Fundação Calouste Gulbenkian
- MCQUAIL, Denis, e WINDAHL, Sven (1993). *Modelos de comunicação*: Editorial Notícias
- MELO, Isabelle Anchieta de (2007). “A defesa de uma nova objectividade jornalística: a intersubjectividade”, Covilha: bcc-Labcom-UBI. <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/melo-isabelle-intersubjectividade.pdf>>, acedido em 27-09-2009
- MESQUITA, Mário (2003). “Em louvor da Santa Objectividade”, *Jornalismo e Jornalistas*, nº 1 – Janeiro/Março, pp. 22-27
- MINDICH, David (1998). *Just the facts*: New York University Press
- MURCHO, Desidério (2006). *Pensar outra vez: Filosofia, Valor e Verdade*: Quasi
- POPPER, Karl (2008). *Busca inacabada*: Esfera do Caos
- POPPER, Karl (1965). *Conjectures and Refutations*: Harper Torchbooks
- QUIVY, Raymond, e CAMPENHOUDT, Luc Van (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*: Gradiva

SOUSA SANTOS, Boaventura (2000). *A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*: Edições Afrontamento

SANTOS, José Rodrigues dos (2005). *A verdade da guerra*: Gradiva [6ª edição]

SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the news*: Basic Books

SOKAL, A., e BRICMONT, Jean (1999). *Imposturas Intelectuais*: Gradiva

SOUSA, Américo de (2003). “O estatuto da subjectividade no campo jornalístico”. Comunicação apresentada no I Congresso Luso-brasileiro de estudos jornalísticos, Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal.

TENGARRINHA, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*: Caminho

TUCHMAN, Gaye (1980). *Making news – a study in the construction of reality*: The Free Press

WEINBERG, Steven (1996). *Sonhos de uma Teoria Final*: Gradiva

WESTERSTAHL, J. (1983). “Objective news reporting”, *Communication research*, nº10 – Março, pp. 403-424

WOLF, Mauro (1987). *Teorias da Comunicação*: Editorial Presença

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.